



Universidade Federal
de Campina Grande

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

JOSÉ CLAYRTON BEZERRA DE SOUZA

**A AGRICULTURA FAMILIAR DE SUBSISTÊNCIA EM CONVÍVIO COM O CLIMA
SEMIÁRIDO NORDESTINO: O Caso da Comunidade do Sítio Jatobá de São Miguel no
Município de Aurora- CE**

**CAJAZEIRAS – PB
2024**

JOSÉ CLAYRTON BEZERRA DE SOUZA

A AGRICULTURA FAMILIAR DE SUBSISTÊNCIA EM CONVÍVIO COM O CLIMA SEMIÁRIDO NORDESTINO: O Caso da Comunidade do Sítio Jatobá de São Miguel no Município de Aurora- CE

Trabalho apresentado à Coordenação da Unidade Acadêmica de Geografia - UNAGEO do Centro de Formação de Professores - CFP da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, campus Cajazeiras - PB como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia.

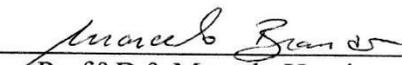
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mara Edilara Batista De Oliveira

Aprovado em: 10 de julho de 2024.

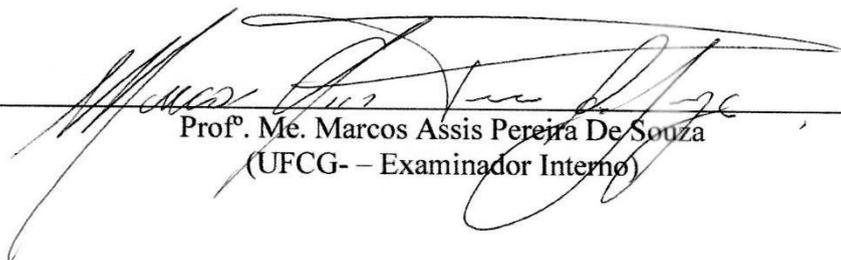
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Mara Edilara Batista De Oliveira
(CFP - UFCG - Orientadora)



Prof.^o Dr.^o. Marcelo Henrique de Melo Brandão
(CFP - UFCG - Examinador Interno)



Prof.^o. M^e. Marcos Assis Pereira De Souza
(UFCG- – Examinador Interno)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

S729a Souza, José Clayrton Bezerra de.
A agricultura familiar de subsistência em convívio com o clima semiárido nordestino: o caso da Comunidade do Sítio Jatobá de São Miguel no Município de Aurora - CE / José Clayrton Bezerra de Souza. – Cajazeiras, 2024.
58f. : il. Color.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2024.

1. Agricultura familiar. 2. Agricultura de subsistência. 3. Geografia agrária. 4. Sítio Jatobá de São Miguel - Município - Aurora - Ceará. 5. Agricultura – Comunidade Jatobá. I. Oliveira, Mara Edilara Batista de.
II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 631.1.017.3

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

*No mundo tereis aflições, mas tende bom
ânimo; eu venci o mundo.*

(João 16.33)

Dedico esse trabalho, em primeiro lugar a Deus, por ter me concedido a sabedoria para chegar até aqui. Aos meus pais, Rosa e Maurício, que desde meu início na vida acadêmica estiveram ao meu lado, ajudando, colaborando da forma que era possível. Aos meus avós paternos, Ana e Alfredo que me ofereceram seu lar, seu carinho e amor. À minha tia Aldenir que muito ajudou na minha jornada na Universidade. E ao meu primo Leandro, que não mediu esforços para me ajudar na vida e no cotidiano acadêmico, além disso, ele foi o responsável por me apresentar a Universidade. E não poderia deixar de mencionar meus colegas e amigos de curso, João Carlos e Aparecida, que estiveram ao meu lado durante essa árdua jornada acadêmica. Deixo também registrado os meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, Mara, sem ela, certamente, esse trabalho não alcançaria êxito. Por fim, dedico a todos familiares e amigos que de forma direta ou indireta me ajudaram e torceram por mim. A todos a minha gratidão!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao Deus altíssimo, por estar comigo em todos os momentos desta caminhada, dando-me forças, sabedoria e discernimento para que pudesse vencer todas as adversidades e obstáculos encontrados ao longo dessa caminhada. Obrigado Meu Deus, por nunca ter me deixado desamparado, se não fosse sua infinita bondade e amor não teria vencido a tempestade e os ventos fortes, mas com Teu amparo consegui chegar à calmaria e à vitória, por isso dou graças a Ti, Meu Senhor.

Agradeço em especial à minha querida orientadora Mara Edilara que prontamente se dispôs a enfrentar comigo a construção deste trabalho, com muito carinho e dedicação. Sem suas contribuições jamais este trabalho teria êxito, agradeço infinitamente por sua dedicação e pelo seu amor pela Geografia, em especial pela área da Agrária. Obrigado pela dedicação, compromisso e atenção.

Também quero agradecer a toda a minha família, em especial à minha amada mãe Rosa que sempre me incentivou e ajudou ao longo de minha caminhada, desde a pré-escola, até a conclusão deste curso de Licenciatura plena em Geografia. Agradeço também ao meu pai, meu irmão, tios, primos, padrinhos etc. Enfim, agradeço a todos que sempre desejaram meu sucesso.

Não poderia deixar de agradecer aos meus avós paternos Vó Miúda e Vô Alfredo por ter me hospedado em sua casa ao longo de toda a duração desse curso, muito obrigado vó pelas orações e pelas palavras reconfortantes. Também agradeço à minha tia Aldenir por toda dedicação, orações e carinho.

Sou eternamente grato aos meus amigos e parceiros de caminhada na busca do saber, João Carlos e Aparecida Alves (Cida), que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos, suas amizades deixaram essa caminhada mais leve e menos cansativa. Sem o incentivo de vocês teria caído no primeiro tropeço, obrigado por terem retirado as pedras do caminho, que encontramos ao longo de nossa caminhada. Vocês foram o maior presente que a universidade me proporcionou. Vocês acreditaram em mim quando eu mesmo não acreditei e isso me fortaleceu, não teria chegado até aqui sem vocês. Por isso, dedico-lhes meu muitíssimo obrigado!

O agradecimento em especial se estende ao meu primo Leandro, que abriu os caminhos rumo à Universidade. Obrigado por ter me auxiliado nos primeiros passos rumo à universidade, obrigado pela paciência e pelos ensinamentos.

À minha turma de licenciatura em Geografia 2018.1, só tenho a agradecer e também aos professores desta unidade. Por fim, agradeço a todos que encontrei, que fiz amizade, que contribuíram com palavras, gestos e conhecimentos para minha formação.

E por fim, não poderia deixar de agradecer a todos que fazem parte da comunidade do Sítio Jatobá de São Miguel, em especial, aos agricultores da comunidade, sem a colaboração deles essa pesquisa não aconteceria, não seria viável.

Expresso aqui a todos minha eterna gratidão!

RESUMO

A agricultura familiar é fundamental para a subsistência de muitas famílias e para a economia local no semiárido nordestino. Diante disso, esse estudo tem como objetivo trabalhar a perspectiva da Geografia Agrária, tendo como objeto de estudo central a agricultura familiar de subsistência em convívio com o clima semiárido nordestino, praticada na comunidade do Sítio Jatobá de São Miguel, no município de Aurora-Ceará. Ao realizar essa pesquisa, tivemos como objetivo mostrar a realidade da agricultura familiar na comunidade e como ela consegue resistir e persistir aos encaixes encontrados no clima semiárido. Além disso, mostramos a realidade do descaso governamental com a agricultura familiar. Esse trabalho apresenta a falta de políticas públicas e investimentos para a agricultura familiar no contexto nacional e na realidade do Sítio Jatobá. Sendo também apresentando a disparidade entre a agricultura familiar e o agronegócio brasileiro. Durante a realização dessa pesquisa, constatou-se que quase não existiam dados relacionados à agricultura familiar no município de Aurora, menos ainda da comunidade Jatobá. Isso talvez aconteça de forma intencional, pois a agricultura familiar e/ou de subsistência vai na contramão do sistema capitalista atual, aqui representado pelo famigerado agronegócio. Diante disso, a pesquisa de base geográfica vem a contribuir com o levantamento e tratamento de dados, que são de suma importância para essa prática, pois, só a partir deles que são formuladas e efetivadas as políticas públicas. Além disso, essa pesquisa permitiu compreender a realidade e as perspectivas e os desafios encontrados pela prática da agricultura familiar de subsistência praticada no sítio Jatobá.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Subsistência; Geografia; Jatobá de São Miguel; Comunidade.

ABSTRACT

Family farming is essential for the subsistence of many families and for the local economy in the semi-arid northeast. This study aims to work on the perspective of Agrarian Geography, having as its central object of study the subsistence family farming coexisting with the semi-arid northeastern climate practiced in the Jatobá de São Miguel community, in the municipality of Aurora - Ceará. In conducting this research, the objective was to show the reality of family farming in the community and how it manages to resist and persist against the setbacks encountered in the semi-arid climate. Additionally, it shows the reality of governmental neglect and unpreparedness towards family farming. This work presents the lack of public policies and investments for family farming in the national context and in the reality of the Jatobá site. It also presents the disparity between family farming and Brazilian agribusiness. During the course of this research, it was found that there were almost no data related to family farming in the municipality of Aurora, let alone the Jatobá community. This may happen intentionally, as family and/or subsistence farming goes against the current capitalist system, here represented by the notorious agribusiness. In view of this, geographic-based research contributes to the survey and processing of data, which are of paramount importance for this practice, because it is only from them that public policies are formulated and implemented. Furthermore, this research allowed to understand the reality and the perspectives and challenges encountered by the practice of subsistence family farming in the Jatobá site.

Keywords: Family farming; Subsistence; Geography; Jatobá de São Miguel; Community.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1: Mapa do Brasil Agrário	20
Figura 3: Mapa de localização da Comunidade do Sítio Jatobá de São Miguel	26
Figura 4: Plantação de feijão e milho na comunidade, em fase de colheita	50

Gráficos

Gráfico 1: Gráfico produção anual por sacas (60 Kg) de alguns alimentos produzidos na comunidade Jatobá	42
--	----

Imagens

Imagem 1: Pequena lavoura de policulturas na comunidade do sítio Jatobá	29
Imagem 2: Pequeno açude na propriedade do senhor F.S.F, agricultor da comunidade Jatobá	32
Imagem 3: Plantação irrigada no quintal de agricultores da comunidade	34
Imagem 4: Plantação da tridil feijão, milho e fava na comunidade Jatobá	35
Imagem 5: Visão panorâmica da barragem do Açude Cachoeira	37
Imagem 6: Imagem aérea (satélite) do Açude Cachoeira e das comunidades à sua volta	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
2 UMA BREVE HISTÓRIA DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA.....	14
2.1 A questão agrária e a agricultura brasileira ao longo dos tempos.....	14
2.2 O Nordeste, agricultura familiar e a questão agrária.....	19
2.3 O Ceará e a agricultura ao longo dos tempos.....	22
2.4 Aurora – Ceará e o cenário da agricultura: setor agrícola.....	26
2.5 Sítio Jatobá de São Miguel e a relação do agricultor com a agricultura.....	27
3 AGRICULTURA FAMILIAR DE SUBSISTÊNCIA E SUA PRÁTICA NO SEMIÁRIDO.....	31
3.1 Clima semiárido e a prática da agricultura: território é multidimensional.....	31
3.2 Um olhar geográfico da história, das relações e práticas da comunidade do Sítio Jatobá de São Miguel.....	37
3.3 Agricultura na comunidade jatobá: espaço multidimensional.....	40
4 AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS ENFRENTADOS NA CONTEMPORANEIDADE PELA COMUNIDADE DO SÍTIO JATOBÁ.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	53

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a analisar a agricultura familiar de subsistência em convívio com o clima semiárido do Nordeste, tendo como objeto estudo de caso da comunidade Jatobá de São Miguel, localizada na zona rural do município de Aurora – Ceará, na região do Cariri cearense. A agricultura faz parte da história da humanidade e das civilizações, desde a pré-história ela já era praticada, mesmo que de forma muito diferente da dos dias atuais. Ela é uma das responsáveis pelo surgimento dos primeiros aglomerados populacionais. A agricultura familiar surge a partir dessa prática. Seja de qual modalidade for, as contribuições dessa prática para a humanidade são imensuráveis.

A origem da agricultura familiar no Brasil remonta à época da colonização portuguesa. Naquele período, foram estabelecidas as primeiras plantações para suprir a demanda por alimentos dos colonizadores. Numa primeira fase, a atividade agrícola era conduzida em pequenas propriedades por famílias que contavam com a ajuda de seus membros para cultivar alimentos essenciais, tais como mandioca, milho, feijão e hortaliças. Desde os primórdios do Brasil essa prática esteve presente no país. Sem dúvidas a agricultura familiar é e foi muito importante para o Brasil. O termo agricultura familiar é moderadamente recente e em evolução no país, pois carrega com si várias raízes e significados históricos.

Com a chegada dos portugueses no Brasil, em específico na região Nordeste, foi o primeiro espaço a ser cultivado. Vale ressaltar que essas produções tinham fins de comercialização, sobretudo, a produção de cana-de-açúcar, destinada para a exportação. A cana-de-açúcar se consolidou nas terras recentes “descobertas” a partir das Capitânicas Hereditárias no século XVI. Com a monocultura da cana-de-açúcar surgiu o que foi nomeado de agricultura de base familiar que se materializa na atualidade, isso se deu, visto que os portugueses que aqui estavam morando precisavam produzir demais alimentos para sua subsistência.

Diante disso, serão apresentados a metodologia e os procedimentos necessários para o desenvolvimento e execução dos objetivos propostos da pesquisa. O presente trabalho tem como parâmetro de pesquisa o método quali-quantitativo, ou seja, coletar, analisar dados, testar hipóteses e entender experiências. Para a concretização do presente trabalho faz-se necessário realização de uma revisão literária, baseando-se em diversos autores com vasto conhecimento na temática estudada, em diversas fontes, tais como: livros, monografias, teses, jornais, artigos, revistas eletrônicas e sites governamentais. O levantamento bibliográfico se apresenta

como principal ferramenta, pois por meio dele o pesquisador tem contato direto com os fenômenos do objeto estudado, assim é possível concretizar as hipóteses propostas.

O presente trabalho tem como objetivo geral entender as relações da agricultura familiar de subsistência com o clima semiárido nordestino, além de entender seus desafios e perspectivas. Para isso, teremos como objeto de estudo a comunidade do sítio Jatobá de São Miguel, no município de Aurora – CE, a cerca de 550 quilômetros da capital Fortaleza. O sítio Jatobá é uma comunidade, predominantemente campesina, que foi afetada nos anos 2000 pela construção de uma grande barragem e/ou açude na região.

O açude Cachoeira, naquele momento, acabou deixando submersas as principais terras de plantio daquela comunidade. Essa represa é responsável por abastecer a sede do município de Aurora. Porém, na tentativa de resolver as questões hídricas do perímetro urbano, o espaço rural foi prejudicado. A barragem modificou a dinâmica das comunidades atingidas, sobretudo, no que se refere à prática da agricultura, pois os agricultores já não podiam mais utilizar dos espaços com solos mais férteis, sofrendo também, com problemas relacionados às questões hídricas e climáticas, características do clima semiárido.

Na busca por entender a realidade da comunidade, precisamos concretizar nossos objetivos específico, que são eles: Conhecer e apresentar a realidade e o espaço geográfico da comunidade; Caracterizar as famílias que vivem da agricultura familiar na comunidade; Entender a relação entre a agricultura familiar e o clima semiárido, observado na comunidade; Construir um referencial teórico que possibilite uma discussão acerca da questão da seca no Nordeste e seus impactos sobre a agricultura familiar de subsistência; Analisar a agricultura familiar local e seu enfrentamento com a situação da seca como uma forma de resistência camponesa. Para a concretização desses objetivos, foi desenvolvido um questionário organizado em quatorze questões discursivas. Vale ressaltar, que a partir desse questionário foi possível um riquíssimo diálogo com os agricultores, assim nos permitindo entender a sua realidade.

Na construção de nossa pesquisa, foram necessárias algumas etapas ao longo de sua construção. A primeira fase foi o levantamento bibliográfico e teórico para melhor entender o tema, em seguida foi realizado o levantamento histórico da comunidade e da questão agrária nos cenários nacional, regional, estadual e municipal. Na segunda fase foi realizada a aplicação do questionário, e as entrevistas com os agricultores locais, e, conseqüentemente, a realização do trabalho de campo. Por fim, a reflexão acerca dos dados e a construção escrita da presente pesquisa.

Ao se estudar uma temática ao se ter um objeto de estudo é preciso conhecê-lo profundamente, e para isso o trabalho de campo é uma importante ferramenta que pode ser utilizada, assim como menciona Sanches (2011 *apud* Gaboardi, 2016, p. 2) “o trabalho de campo nos possibilita um contato direto com o objeto que está sendo estudado”. Sabendo disso, o trabalho de campo foi de suma importância para que para apreender a realidade da comunidade estudada e as características do meio que ela está inserida. A realização das entrevistas e do trabalho de campo deu-se entre os meses de novembro de 2023 ao mês de janeiro do ano de 2024.

Durante esse período, realizaram-se 23 entrevistas com os agricultores locais, os dados coletados serão discutidos no decorrer da pesquisa. Deste modo, foi resguardado a identidade dos entrevistados, eles serão apresentados através das siglas iniciais de seus nomes, e outras características como: idade, sexualidade, tempo de moradia na comunidade e se é proprietário de terra.

O levantamento iconográfico fez-se necessário em nossa pesquisa, por ser uma importante ferramenta para elaboração de mapas de localização da comunidade estudada. Para realização desse processo faz-se necessário consultar dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), além disso, o software de construção de mapas Qgis¹ é Sirgas 2000² são essenciais na construção e formulação dos mapas propostos.

Por fim, realizamos o tratamento dos dados essenciais na produção do conhecimento adquirido por meio dos dados analisados, dialogando com os autores do referencial teórico, além do levantamento iconográfico. A partir disso, foi possível obter resultados favoráveis para alcançar os objetivos propostos e também e as hipóteses levantadas, das perspectivas e desafios enfrentados na prática da agricultura familiar no semiárido e da comunidade do Sítio Jatobá de São Miguel.

Portanto, esse trabalho de monografia organiza-se em cinco capítulos O primeiro introdutório, o segundo trata da questão agrária do Brasil até chegar à comunidade do sítio Jatobá de São Miguel e sobre sua relação com a agricultura familiar ao longo dos tempos e também na atualidade, além disso, o capítulo trata sobre a questão da seca e do clima semiárido e do convívio do agricultor com essas adversidades. No desenvolver do capítulo também é tratado sobre a resiliência do homem sertanejo e sobre a importância regional e nacional da agricultura familiar.

¹ O QGIS é uma ferramenta de software livre e código aberto, compatível com várias plataformas, voltada para sistemas de informação geográfica. Com ele é possível visualizar, editar e analisar dados georreferenciados.

² Foi criado com o objetivo de definir um sistema geocêntrico de referência unificado para todo o território sul-americano.

No terceiro capítulo é discutida a prática da agricultura familiar de subsistência no semiárido brasileiro. O convívio com o semiárido é o caminho mais certo que os agricultores podem percorrer. São grandes os desafios de praticar a agricultura no sertão, mas a resiliência dos sertanejos sobrepõe-se a esses desafios. Neste capítulo também é retratado sobre a prática da agricultura na comunidade, e sua jornada ao longo dos tempos. Também será tratado sobre as técnicas usadas pelos agricultores. Sendo também abordado a importância da agricultura familiar para as comunidades rurais, e, conseqüentemente, para o país.

No quarto capítulo aborda sobre as perspectivas e desafios encontrados pela agricultura e pelos agricultores nos dias atuais e ao longo dos tempos. O semiárido é muito complexo, as adversidades climáticas são severas na região, mas mesmo assim a agricultura familiar resistiu até os dias atuais, e tem evoluído, sendo apresentado a necessidade de políticas públicas para seu fortalecimento. As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar é outro importante ponto abordado neste capítulo. Por fim, as considerações acerca do levantamento executado e as referências.

2 UMA BREVE HISTÓRIA DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

O Brasil é conhecido internacionalmente como um dos maiores produtores de alimentos do mundo, o país é um grande produtor e exportador de commodities³. Deste modo, a agricultura é muito importante para o país, além disso, a agricultura praticada no Brasil é relevante para a segurança alimentar, não só do país, mas sim para todo o planeta Terra. Além da grande atividade de monoculturas, a agricultura familiar e o campesinato mostram-se importantes para a economia e segurança alimentar do país.

Mesmo o Brasil, tendo a agricultura como um dos seus principais pilares, a questão agrária do país ainda tem muito para avançar, mesmo com o direito do acesso à terra sendo um direito garantido por Lei (Lei Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964), muitos agricultores ainda não têm acesso a ela. O setor agrícola do país é complexo e rodeado por múltiplos interesses, tendo de um lado a agricultura familiar e do outro o poderoso agronegócio. Devido ao seu alto poder econômico o agronegócio que domina o setor agrícola do país, mesmo a agricultura familiar sendo a responsável pela a segurança alimentar do país. A questão agrária do país tem muito para avançar, e esse avanço é urgente e iminente.

2.1 A questão agrária e a agricultura brasileira ao longo dos tempos

A agricultura surgiu durante a Pré-história, aproximadamente, há 12.000 anos, no período neolítico. O surgimento desta prática foi o marco inicial dos processos de constituição das primeiras civilizações, pois a partir dessa prática o homem deixaria de ser nômade (Guitarrara, s. d.). É inegável as suas contribuições para o desenvolvimento da espécie humana. Com o avanço da ciência e da tecnologia a agricultura vem cada vez mais sendo tecnicista, o que tem gerado uma série de consequências.

De forma mais geral, agricultura é a prática de cultivar plantas, cereais e criar animais (Guitarrara, s. d.). Porém, há diferentes tipos dessa prática, algumas práticas são mais tecnicistas e tecnologicamente desenvolvidas e outras mais tradicionais, passadas de geração para geração, isso, normalmente se dá em razão das relações sociais e econômicas envolvidas nesses processos ou formas de agricultura. A agricultura familiar no Brasil, está diretamente relacionada a essas práticas agrícolas voltadas primeiramente para a subsistência e a práticas tradicionais que envolvem o trabalho familiar. Segundo Altafin (2017, p. 1), o termo/conceito de Agricultura Familiar não é um termo novo:

³ Commodities são bens de consumo que têm origem primária, vindo principalmente dos setores agrícola, pecuário, mineral ou ambiental.

Agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas significações. Quando o poder público implanta uma política federal voltada para este segmento, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996) ou quando cria a Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para o setor (BRASIL, 2006), a opção adotada para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. Já no meio acadêmico, encontramos diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional do termo.

Mesmo o termo/conceito de Agricultura Familiar não sendo novo, no meio acadêmico não há uma unanimidade sobre sua conceituação, muitas vezes ela é conceituada de forma mais genérica e/ou menos “específica”. Porém, o Estado impõe o seu próprio conceito para a agricultura familiar, mesmo que não seja o mais prático e preciso, porém, para fins legais ele é o “válido”. Essa conceituação se dá de forma concreta a partir da Lei Federal 11.326/de 24 de julho de 2006, que define:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais ; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. § 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques, rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011); VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011).

A agricultura familiar é uma prática efetiva no país desde antes do “descobrimento” do Brasil, pois os ameríndios que aqui habitavam já praticavam um tipo de agricultura familiar. Conforme explica Amaral (1958 *apud* Altafin, 2007, p. 4), “[...] à época do descobrimento, os ameríndios já eram agricultores, já cultivavam quase todas as espécies que constituíram objeto de atividades agrícolas durante o período colonial, com exceção da cana-de-açúcar e do trigo, única contribuição dos portugueses”.

Os ameríndios foram os “responsáveis” pelo fornecimento de alimentos para os colonizadores, pois eles já cultivam diversos tipos de alimentos. O modelo de agricultura praticada por eles se diferencia muito dos modelos atuais da agricultura familiar, ao passar dos anos ela vem se modificando e se aperfeiçoando. A globalização é uma das responsáveis por mudar e/ou modificar a estrutura da agricultura familiar e, conseqüentemente, do agronegócio.

Segundo Silva (2023, *s. p*), o setor agrícola do país só teve mais notoriedade a partir do século XVI com o início do cultivo da cana-de-açúcar na região Nordeste e posteriormente em outras regiões do país. Na atualidade, o agronegócio é um dos pilares da economia brasileira, já a Agricultura Familiar é a responsável por garantir a segurança alimentar dos brasileiros, mesmo sendo do mesmo setor há muitas diferenças entre o agronegócio e a agricultura familiar, além disso, muitas vezes sua relação não é harmoniosa. Segundo o IBGE (2017), 80% dos alimentos produzidos no Brasil advêm da agricultura familiar, além disso, ela é a base econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes. De fato, são notórias as contribuições e a relevância da Agricultura Familiar para o país.

Em contraposição a essa Agricultura Familiar se amplia também no Brasil uma industrialização da agricultura, que se intensificou a partir da segunda metade do século XX, sob influência da Revolução Verde, ou seja, é o agronegócio se consolidando e criando ainda mais força no país. Segundo Elias (2006, *s. p*) a Revolução Verde é “fundamentada na utilização e difusão internacional de um conjunto de práticas tecnológicas de pesquisa e produção agropecuárias, vendidas ideologicamente como a resolução do problema da fome no mundo”. Porém, ela não conseguiu acabar com a fome no mundo, de fato, ela é mais um instrumento do sistema capitalista do que, uma arma conta no combate à fome. No Brasil ela foi importante para a difusão da agricultura e pecuária (com fins comerciais) em todo o país.

Com a Revolução Verde houve intensas transformações no setor agrícola de várias partes do mundo, ela foi positiva para o setor que estava em decadência pós Segunda Guerra Mundial que por sua vez trouxe prejuízos para todo o planeta. Segundo Rafaela (2011, p. 59) essa revolução se refere a:

Esta revolução refere-se à invenção e disseminação de novas práticas agrícolas que possibilitaram visível aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970. A base deste modelo está na intensiva utilização de sementes melhoradas (principalmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo.

De fato, a Revolução Verde promoveu mudanças no setor agrícola de todo o mundo, todavia, essa revolução não gerou somente benefícios, pois nem todos os países tiveram acesso às essas técnicas e tecnologia de forma igualitária, assim, promovendo ainda mais a segregação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos. Além disso, o uso de agrotóxicos se intensificou na produção, e é sabido que eles são prejudiciais para o meio ambiente e também para os seres humanos.

Na atualidade, o setor agrícola do Brasil tem cada vez mais se desenvolvido e se aprimorado, no que se refere à modernização e tecnologia, mas essa modernização só chega de fato para os produtores de commodities e para os grandes produtores capitalistas, já a agricultura familiar ainda é carente de incentivos financeiros, mesmo sendo a “responsável” por “alimentar” o país, segundo o IBGE ela é responsável por 80% dos alimentos consumidos no país como. Segundo Silva (2016, *s. p*) e Mira (2016 *s. p*) a “agricultura familiar apresenta grande importância no Brasil na produção de alimentos, mas nem todos os agricultores acompanham as transformações do mercado, portanto, não conseguem produzir”. Mesmo a agricultura familiar sendo tão importante para a segurança alimentar do país, a mesma não tem esse reconhecimento por parte da sociedade e dos diferentes Governos, que têm os seus interesses voltados para o crescimento do PIB e da economia do país, que tem como pilar central o agronegócio.

Sem dúvidas a questão da agricultura no país é e foi algo muito complexo desde o processo de colonização desse território, que tinha como forma organizacional, a concentração de terras, a monocultura e o trabalho escravo. São marcas da colonização presentes em todo o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, tornando a questão agrária no país muito complexa, onde os governos nunca conseguiram de fato promover uma reforma agrária, e garantir minimamente o acesso à terra para os camponeses. Para Cabral (2021, *s. p*), a Reforma Agrária é um tipo de política pública de intervenção estatal que teria como finalidade corrigir as alterações do mercado, provocadas pela concentração fundiária e por consequência o poder de mercado do latifúndio. Esse modelo seria ideal, pois acabaria e/ou amenizaria as disparidades no campo.

O direito ao acesso à terra é também uma questão central dos direitos humanos. Esse direito não diz respeito apenas ao acesso à terra, pois esse constitui a base para o acesso à alimentação, moradia, renda, e sem ele muitos indivíduos são colocados em situação de miséria (Gilbert, 2013, p. 121). Mesmo o acesso à terra sendo um direito previsto na Constituição Federal, na prática esse não é implementado, não se efetiva os planos de Reforma Agrária, e a concentração de terras, ao invés de diminuir, vem aumentando, segundo dados do IBGE cerca de 1% dos estabelecimentos rurais concentram cerca de 47,5% das terras usadas para práticas agrícolas no Brasil. Essa realidade é alarmante.

As discussões sobre reforma agrária no Brasil são relativamente novas, segundo Porto (1997 *apud* Altafin, 2007), só a partir da década de 1950 que efetivamente surgiu discussões em torno da questão agrária brasileira, e o autor ainda corrobora que foi nesse momento em que o meio rural se constitui de forma mais sistemática, e se torna um problema político. Porém, as discussões sobre a questão agrária só se efetivaram mediante a organização e luta dos movimentos sociais pela terra, que ganharam força na década de 1990 e ainda resistem até os dias atuais. Destaca-se ainda como o maior desses movimentos sociais no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse movimento tem sua importância na resistência na luta e na busca da garantia de direitos relacionados ao acesso à terra e moradia.

A reforma agrária é uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária, além disso, essa questão pode ser compreendida como um problema estrutural do capitalismo (Fernandes, 2008, *s. p*). Pois o capitalismo gera processos de desigualdades sociais, segregação entre agronegócio e campesinato e/ou agricultura familiar. Portanto, as relações entre campesinato e/ou agricultura familiar e o agronegócio são relações conflitantes, pois há uma complexa relação de poder e de capital. Além disso, no meio dessa relação conflitante há também um conflito territorial que gera ainda mais desigualdades sociais.

É sabido que, desde a gênese do Brasil, a concentração de terras era uma realidade e nos dias atuais ainda é algo concreto. A Reforma Agrária se mostra urgente, e não pode ser deixada de lado, pois milhares de homens e mulheres precisam urgentemente do acesso à terra para buscarem sua subsistência, seu sustento. O espaço rural passou por intensas transformações ao longo das últimas décadas, com isso, surgiram várias situações e problemas, a reforma agrária é um dos caminhos para solucionar os problemas e demandas do meio rural. Os problemas agrários são efetivos em todas as regiões do país, portanto, no Nordeste essa realidade não seria diferente. O Nordeste e o semiárido sofrem com os problemas relacionados às questões agrárias. Além dos problemas agrários, o Nordeste sofre

com os problemas relacionados às questões hídricas. Esse cenário parece ser hostil para a prática da agricultura, porém, a realidade é diferente.

2.2 O Nordeste, a agricultura familiar e a questão agrária.

A região Nordeste do Brasil mantém íntima relação com a agricultura. O Nordeste se destacou mundialmente na produção de cana-de-açúcar, essa produção concentrava-se no litoral nordestino entre meados do século XVI a meados do século XVIII. Na atualidade a produção de cana-de-açúcar da região é mais tímida em relação a outras regiões do país. A cana-de-açúcar era a principal fonte de riqueza da região, sendo até mesmo líder na pauta de exportação (Melo, 2009, p. 14). A produção de monoculturas (sobretudo de cana-de-açúcar) era o modelo de produção da época, porém não apenas de monoculturas, pois se fazia necessária a produção de outros alimentos com finalidade de subsistência. Outras culturas ao longo dos tempos se destacaram na região, o algodão é um exemplo disso, pois ele teve grande notoriedade na região durante certo período.

A prática da agricultura nessa região é uma forma de resistência, pois o convívio com o semiárido nem sempre é fácil. As adversidades climáticas e a disponibilidade hídrica da região tornam esse convívio ainda mais complexo, além disso, historicamente a região Nordeste enfrentou secas devastadoras que praticamente impossibilitavam a agricultura na região. A seca de 1915 ficou nacionalmente conhecida, sendo até mesmo tema do livro, *O Quinze*, da escritora cearense Rachel de Queiroz. Em um dos trechos do livro a autora retrata a fê do homem nordestino e da seca avassaladora:

Depois de se benzer e de beijar duas vezes a medalhinha de São José, Dona Inácia concluiu:” dignai-vos ouvir nossas súplicas, ó castíssimo esposo da Virgem Maria, e alcançai o que rogamos. Amém.” Vendo a avó sair do quarto do santuário, Conceição, que fazia as tranças sentada numa rede ao canto da sala, interpelou-a: - E isto chove, hein, Mãe Nácia? Já chegou o fim do mês... Nem por você fazer tanta novena... (Queiroz, 1930).

A seca que atingiu o Nordeste em 1915 devastou aquela região, provocando migrações internas (“os retirantes”), êxodo rural, pobreza, miséria e fome. O setor agrícola da região foi altamente afetado pela grande seca, porém ele persiste até a atualidade. A agricultura na região é uma expressão de resistência às adversidades encontradas nessa prática.

As condições climáticas e a disponibilidade hídrica da região Nordeste brasileira muitas vezes são mais uma barreira para a prática da agricultura, pois essas condições

interferem diretamente nas produções de alimentos, grãos, legumes, criação de animais etc. Com isso:

Na região Nordeste os problemas voltados à estrutura da sustentabilidade dos sistemas de produção, juntamente com o clima, a partir do qual a seca é um dos seus efeitos negativos, pode levar à deterioração do solo, da água, diminuindo a biodiversidade de espécies e até iniciar um processo de desertificação, (Drumond 2000 *apud* Silva, Mira, 2016, p.61).

Os agricultores nordestinos, ao longo dos tempos, têm se adaptado e convivido com essas adversidades. Nos anos de secas eles enfrentam o problema, pois, o que lhes resta é lutar para garantir a sua subsistência e de sua família. O convívio com o semiárido é o caminho mais certo, porém, é preciso tratar essa questão com muita seriedade, buscando introduzir formas, técnicas, buscar possibilidades e estratégias para suprir essas necessidades adversas da região.

A convivência e as boas práticas no espaço do semiárido é a melhor alternativa que os sertanejos têm, mas para isso é necessário que as políticas públicas exerçam um importante papel no convívio com o semiárido, pois elas têm como objetivo minimizar os impactos da irregularidade pluviométrica e da carência hídrica da região. No enfrentamento da seca e das condições climáticas, é preciso “*aprender*” a conviver com o semiárido.

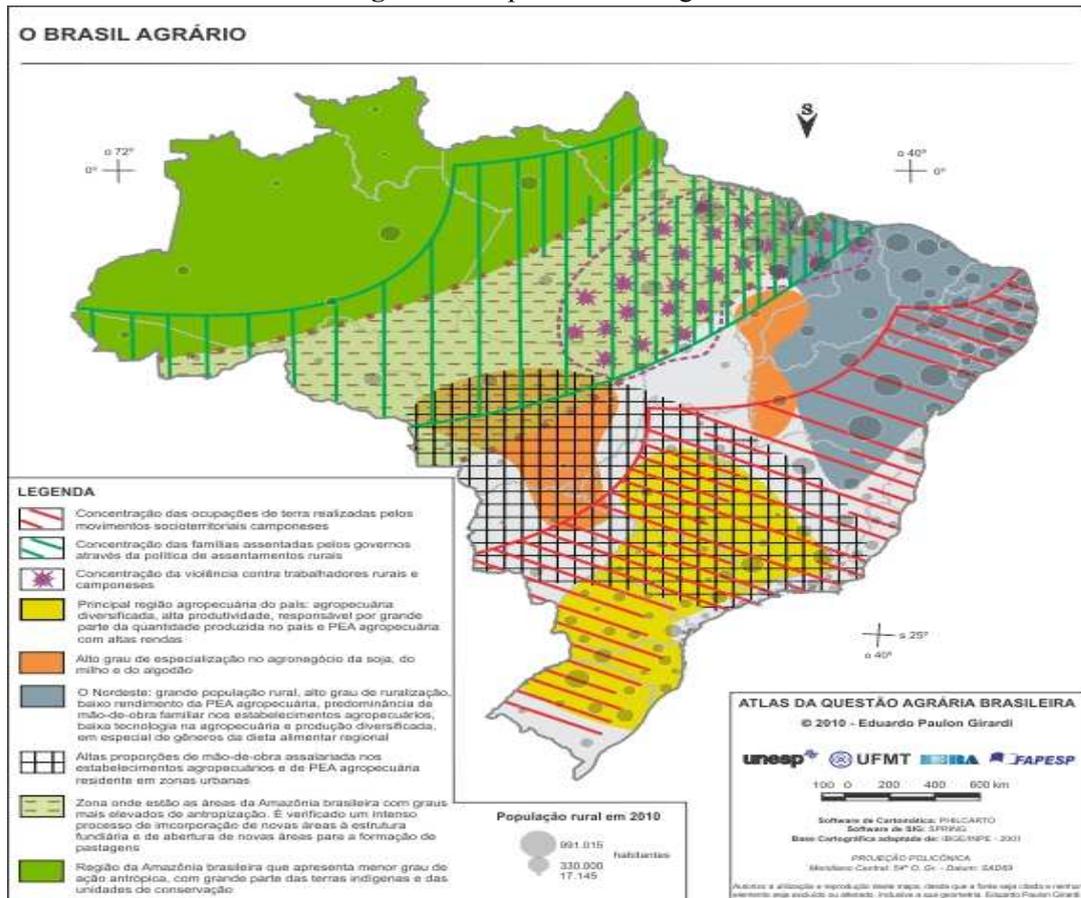
Além das questões hídricas e climáticas, a concentração de terras e a falta de uma reforma agrária consistente, também afetam os agricultores e/ou camponeses da região Nordeste. A concentração fundiária é uma questão que está presente desde a gênese do país e, portanto, também no Nordeste. A concentração de terras é um problema histórico do Brasil e do campo, porém não afeta só o campo, mas a todas as parcelas da sociedade brasileira. Conforme Andrade (1997, p. 110):

A tendência à concentração fundiária no Brasil foi sempre uma das marcas fundamentais da organização econômico-social, o que trouxe sérias consequências em termos de desenvolvimento rural para o país, uma vez que produziu, também, a concentração de miséria e da riqueza.

É uma realidade a concentração fundiária do país. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2018), há uma extensa área concentrada em poucas propriedades rurais, cerca de 57,69% das terras brasileiras. Essa realidade contribui para a segregação, para os problemas sociais e para aumentar os indicadores de pobreza do Brasil. A região nordeste é afetada negativamente por essa situação que só gera ainda mais desigualdade social, pobreza e questões relacionadas à fome.

Agricultura, sobretudo a familiar, é uma das principais formas de ocupação dos nordestinos. A região Nordeste apresenta um grande índice de pessoas morando no meio rural, portanto, é natural que o grau de ruralização seja elevado. A figura II mostra essa realidade:

Figura 1: Mapa do Brasil Agrário



Fonte: Girardi, E. P. (2010).

Pode-se observar na figura II que a agricultura está presente em todo o país, ela é muito importante para a segurança alimentar dos brasileiros. Ela também é muito importante para a região do Nordeste brasileiro, sobretudo não só aquela de modos tradicionais (agricultura de subsistência e camponês), mas também as mais modernas e contemporâneas com alto emprego de tecnologia, praticada em alguns pontos específicos da região. As políticas públicas são fundamentais para garantir que a agricultura se fortaleça e seja praticada em todas regiões do país, elas são fundamentais para a agricultura e para o país.

Neste sentido, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é uma importante política pública voltada para o homem do campo no Nordeste,

que disponibiliza créditos de custeio e investimentos para os agricultores. Essa política vem sendo uma aliada dos agricultores sertanejos no convívio com o semiárido. O PRONAF é uma estratégia vinculada às políticas públicas direcionadas ao agricultor familiar, com o objetivo de apoiar e promover incentivos aos produtores em trabalhar a terra não somente para sua subsistência, mas também para proporcionar rentabilidade (Malysz, Chies, 2012). O PRONAF visa diminuir as adversidades encontradas pelos sertanejos, fazendo com que ele possa permanecer no espaço rural e conviver com o semiárido.

Historicamente o setor agrícola do Nordeste é muito complexo, pois esse meio é repleto de adversidades e problemas relacionados às questões hídricas. Porém, mesmo assim, a agricultura persiste em meio a todos esses percalços e adversidades. Além disso, o meio rural dessa região do país sofre com inúmeros problemas relacionados à questão agrária. Apesar disso, a agricultura, sobretudo de base familiar, continua sendo uma das principais formas de trabalho e ocupação dos nordestinos.

Segundo o IBGE (2019), o Nordeste tem cerca de 48 % dos agricultores familiares do país. No Estado do Ceará essa realidade também é marcante. A história do setor agrícola do Estado se mostrou ao longo dos tempos dividida em fases muito distintas, mas, com algumas semelhanças entre si. O que mais se assemelha é a falta de políticas públicas voltadas para o campo e para o homem do campo.

2.3 O Ceará e a agricultura ao longo dos tempos

O estado do Ceará mantém íntima relação com a agricultura e a pecuária, sendo elas um dos pilares da economia local. Desde o período colonial, já se praticava agricultura no que seria na atualidade o Estado do Ceará. A cana-de-açúcar foi um dos primeiros gêneros agrícolas a ser produzido na região, mas essa produção anos mais tarde entrou em decadência. O algodão foi um dos expoentes do Estado, mas também falhou devido a pragas e a seca. O que de fato se sustentou até os dias atuais foi à criação de gado, no sistema extensivo, e a agricultura familiar de subsistência. Segundo Oliveira (2005, p. 133):

A ocupação do território cearense no período colonial esteve composta pelo binômio gado-algodão. As relações sociais constituídas, também, obedeceram a um modelo em que, de um lado, estavam os grandes proprietários de terras, coronéis do sertão, e do outro lado, camponeses sem terra ou com pequenos roçados. Moradores de condição, em sua maioria, os camponeses trabalhavam nas fazendas criando o gado (vaqueiro), produzindo o algodão (parceiros/rendeiros), e associando a esse os cultivos de feijão, mandioca e milho (para uso familiar).

O espaço rural cearense apresenta suas complexidades, pois são várias as formas de relação entre homem/homem e homem/meio, mas mesmo assim desde período colonial do país já se praticava agricultura na região. A questão da concentração de terras é marcante no Estado desde o período do regime das sesmarias, ocasionando assim uma elite agrária de “coronéis” no sertão do Estado. Diante disso, Oliveira (2005, p. 133), expõe que:

A questão agrária nos sertões cearense, em parte, tem sua essência na estrutura fundiária do estado, uma estrutura fundiária fortemente concentrada, com origem no século XVII, a partir do regime de sesmarias. A doação de grandes extensões de terras voltadas para a pecuária no sertão semiárido favoreceu a constituição de uma elite agrária sertaneja. As fazendas de gado se multiplicavam rapidamente, não ocupando na mesma proporção a mão-de-obra que estava se formando na área. A produção de gado extensiva ocupou pouca mão-de-obra e teve na figura do vaqueiro um ator fundamental. No século XIX o algodão também se estabeleceu como produto importante na economia cearense.

A pecuária foi e é muito importante para o estado do Ceará, na atualidade, visto que segundo o IBGE (2022), o Estado conta com um quantitativo de 2,6 milhões bovinos. Além disso, a pecuária foi uma das responsáveis pelo povoamento do interior do Estado durante o período Colonial do Brasil, além disso, a bovinocultura, praticada no interior do Estado, possibilitou o surgimento de vilarejos que anos mais tarde se tornaram importantes cidades cearenses.

Com os surgimentos de grandes fazendas e vilarejos surgiu também a figura emblemática do “Vaqueiro”, que era o responsável pelo manejo do gado nas grandes fazendas no semiárido cearense. O Vaqueiro é até hoje um símbolo da região Nordeste. A figura do Vaqueiro é tão emblemática que foi retratado na música “A morte do vaqueiro” do rei do baião, Luiz Gonzaga:

Ei, gado, oi
 Ei
 Numa tarde bem tristonha
 Gado muge sem parar
 Lamentando seu vaqueiro
 Que não vem mais aboiar
 Não vem mais aboiar
 Tão dolente a cantar
 Tengo, lengo, tengo, lengo
 Tengo, lengo, tengo
 Tengo, lengo, tengo, lengo
 Ei, gado, oi,
 Bom vaqueiro nordestino
 Morre sem deixar tostão

O seu nome é esquecido
 Nas quebradas do sertão
 Nunca mais ouvirão
 Seu cantar, meu irmão [...]
 (Barbalho, Gonzaga, 1963).

O Vaqueiro contribuiu de forma substancial para o povoamento e desenvolvimento do interior do Estado, além disso, ele foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura de subsistência naquela região, pois além dele ser “vaqueiro das fazendas” ele juntamente com sua família praticavam a agricultura em pequenos roçados que tinham como finalidade a subsistência da família. Essa prática perdura até os dias atuais, ela também é uma prática cultural passada de geração em geração até a atualidade. A figura do Vaqueiro é muito importante para a colonização do interior do Estado. Nobre (2001, p. 32), afirma que o povoamento do interior do Estado está diretamente ligado a criação de gado:

O povoamento do Ceará mediante as fazendas de criar gado determinava, pois, uma importante atividade artesanal, predispondo a população à indústria, pelo desenvolvimento da capacidade criativa, que maior teria sido não fossem as proporções modestas do mercado de consumo e outros fatores adversos, a começar da incipiente organização político-administrativa da Capitania.

Nessa perspectiva, a figura do vaqueiro foi o principal agente responsável por colonizar o até então “desconhecido” interior do Estado do Ceará. O Vaqueiro era o responsável pela criação e manutenção dos rebanhos de gado e também das fazendas, portanto, é natural que ele tenha desempenhado relevante papel no processo de colonização do sertão do Ceará e, por consequência, por necessidade responsável também por introduzir a agricultura de modo familiar naquela região.

Os camponeses e agricultores que não têm suas propriedades optam por usar terras de terceiros mediante pagamento de renda ao proprietário da terra, esse modelo consiste basicamente no pagamento de parte da produção e /ou em forma de trabalho para o proprietário fundiário. Segundo Oliveira (2005, p. 133):

Esse pagamento da renda poderia ocorrer a partir da parceria (terra em troca de renda em produtos) e/ou do cambão ou arrendamento (terra em troca de renda em trabalho). Essas relações sociais de origem não capitalistas, pautadas no código costumeiro, têm sua essência na lógica da troca de favores, geralmente, entre o proprietário da terra e o camponês sem-terra. Nessa relação, a dependência e a subordinação são alimentadas pela gratidão e pelo favor, em um quadro de pobreza e miséria absolutas, agravado pelos longos períodos de estiagem – as secas. Ser cativo parecia ser a condição “única” de garantir a moradia e o trabalho, ou seja, de manter a reprodução da família.

Esse modelo de relação beneficia mais a elite agrária cearense do que o camponês, pois sua força de trabalho é explorada em troca de favores ou de míseros pedaços de terras para que eles possam trabalhar, além disso, o latifundiário pode mandá-lo embora sem ao menos fazer a colheita do seu roçado. Essa relação só gera ainda mais dependência, pobreza e miséria. O Estado e os governantes não estão sendo aptos a fazerem políticas públicas que consigam quebrar com esse paradigma.

Além desses conflitos no campo, os camponeses sofrem com a precarização dos assentamentos rurais (quando se tem) e se deparam com terras impróprias para a prática agrícola. A falta de assistência técnica e de políticas de geração de renda no campo também são adversidades enfrentadas pelos camponeses e agricultores no Ceará até os dias atuais. Todos esses problemas estão relacionados à falta de reforma Agrária no país. Segundo Oliveira (2005, *s. p.*), o governo Lula reacendeu a possibilidade de realização da reforma agrária, quando reafirmou seu compromisso com os camponeses no lançamento do II Plano Nacional de Reforma Agrária, na Conferência da Terra em 2003. Mas na prática essa reforma nunca se concretizou e até hoje os camponeses sofrem com a falta de acesso à terra e de políticas públicas.

O Estado do Ceará propôs o II Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA que segundo Oliveira (2005, p. 145):

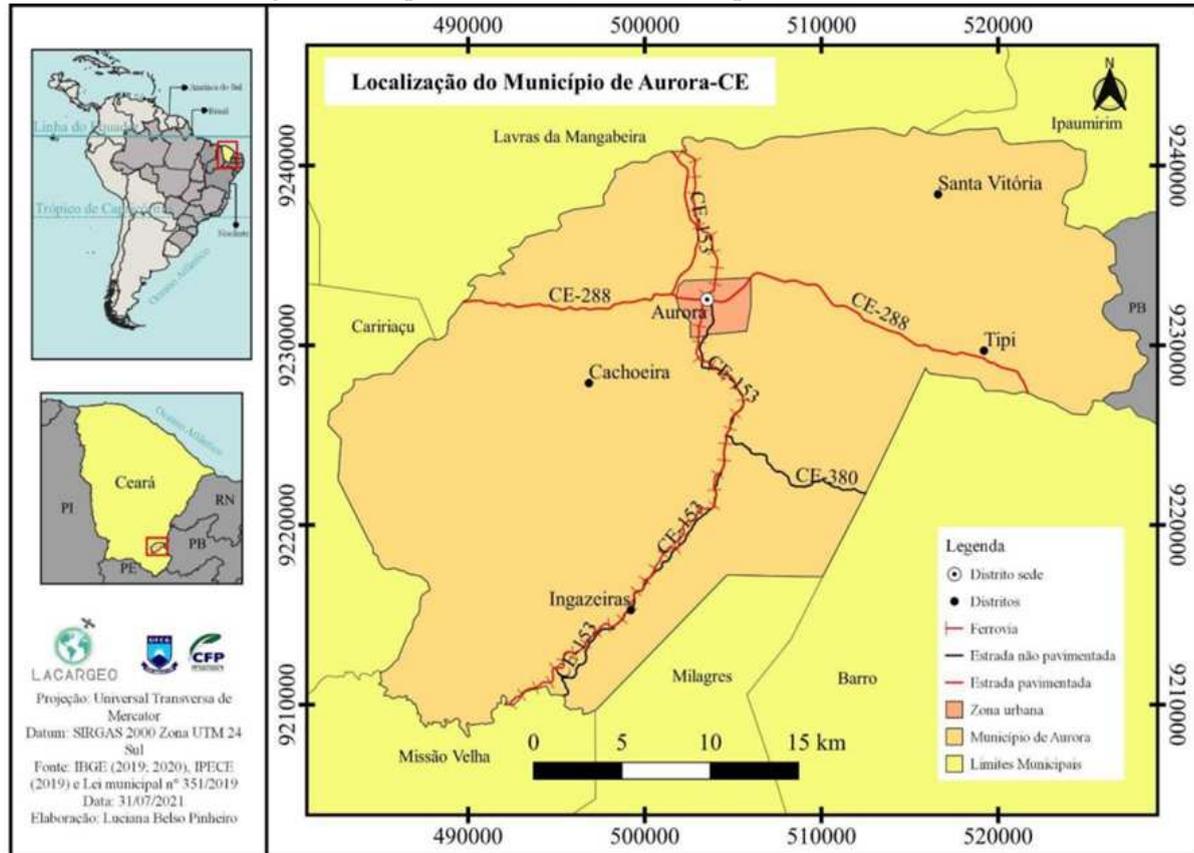
Propôs a adoção de um novo modelo agrário e agrícola para o Estado do Ceará, pautado na constituição de uma sociedade rural composta majoritariamente de unidades de vida e trabalho, de caráter familiar, multifamiliar, comunitário ou coletivo, livremente associadas no processo de produção, beneficiamento, processamento, comercialização e consumo. A orientação estratégica do plano é o fortalecimento da agricultura familiar e a implementação de uma reforma agrária ampla e de qualidade, visando à constituição de áreas reformadas integradas a processos de desenvolvimento territorial com forte participação dos agricultores, agricultoras e movimentos sociais, na gestão das políticas públicas.

A proposta do PRRA é muito pertinente e se fosse posta em prática o setor agrícola do Estado seria alavancado, mas na realidade não foi isso que aconteceu, pois até hoje os conflitos territoriais enfrentados pelos camponeses ainda possuem marcas do coronelismo da região, e está fundamentado em um sistema produtivo do tipo agricultura-pecuária, voltado principalmente para a subsistência. A questão agrária e o campesinato do Estado ainda têm muito para avançar, para que seja garantido o direito constitucional de acesso à terra, além disso, é necessário políticas públicas para melhorar a qualidade de vida dos camponeses.

2.4 Aurora – Ceará e o cenário da agricultura: setor agrícola

Aurora é um município cearense localizado na região Sul do Estado do Ceará, mais precisamente na região intermediária e imediata de Juazeiro do Norte, a cerca de 500 quilômetros de distância da capital Fortaleza.

Figura 2: Mapa de localização do município de Aurora - CE



Fonte: Pinheiro, L. B. (2021).

O município, segundo o último censo do IBGE (2022), conta com uma população de 23.714 habitantes, sendo que a maioria da população reside no vasto território rural do município. Portanto, é natural que a agricultura e a pecuária representem a maior forma de ocupação do município. A agricultura familiar e o campesinato são um dos pilares da economia local.

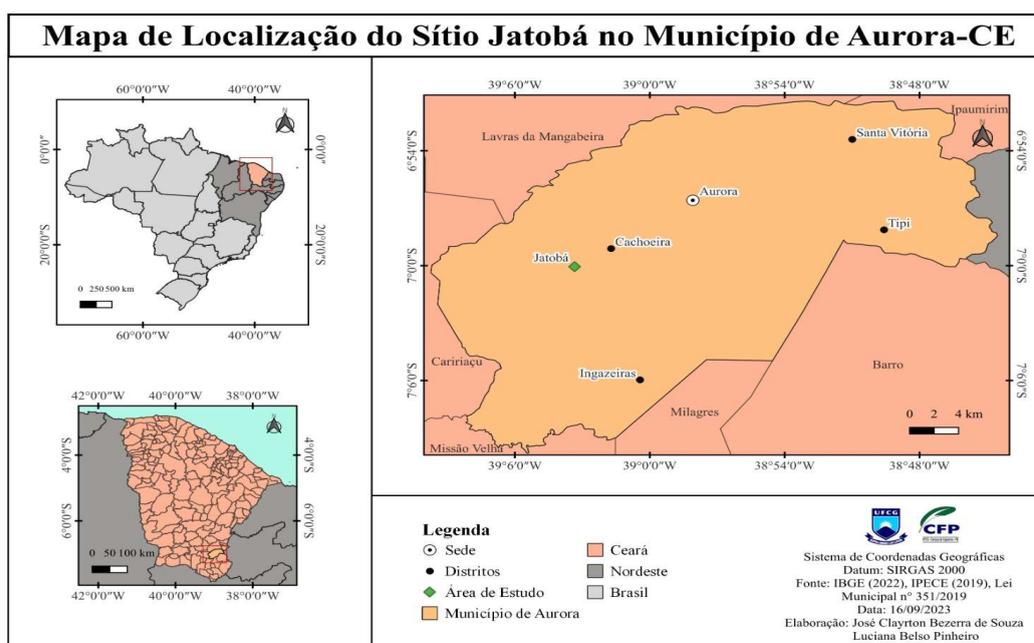
Segundo o IBGE (2022), a agricultura é uma das mais importantes fontes de renda para o município, além disso, ela colabora para geração de emprego/renda no campo, assim contribuindo para a permanência dos aurorenses sertanejos no campo. Porém, a agricultura no município não diz respeito apenas à renda, mas sim a sobrevivência/subsistência de muitos moradores da zona rural do município.

Segundo o Censo Agropecuário (2017), o município de Aurora – Ceará conta com 59.777/88.587 mil hectares de área de estabelecimento agropecuários, sem vias de dúvidas, é um número muito expressivo, portanto, é natural que a agricultura seja para o município um potencial econômico e também social. Mesmo sendo notório a sua relevância, a questão agrária do município ainda tem muito para ser desenvolvida, são poucas ou quase nenhuma as políticas públicas do município em relação a essa questão, e quem acaba pagando a conta são os agricultores e camponeses, principalmente os mais humildes.

2.5 Sítio Jatobá de São Miguel e a relação do agricultor com a agricultura.

O sítio Jatobá de São Miguel, objeto de estudo dessa pesquisa, está localizado a cerca de 13 quilômetros de distância da sede do município de Aurora-Ceará, é uma comunidade pacata, composta por 38 famílias. De acordo com os dados coletados durante esta pesquisa, a maioria das famílias residentes nessa comunidade rural são de agricultores familiares de subsistência e/ou camponeses. A partir da aplicação do questionário em campo, identificamos que das 38 famílias, 33 têm a agricultura como sua principal fonte/forma de ocupação, além de retirarem dela a maioria dos alimentos presentes nas suas mesas.

Figura 3: Mapa de localização da Comunidade do Sítio Jatobá de São Miguel



Fonte: Pinheiro, L. B, (2021).

A comunidade é notoriamente camponesa, e a principal forma de ocupação é a produção familiar, pois das trinta e oito famílias da comunidade vinte e sete têm a agricultura como sua principal forma de ocupação. Altafin (2007, p.3) caracteriza produção camponesa como sendo “aquela em que a família ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho da unidade produtiva, podendo produzir tanto para subsistência como para o mercado.” Essa é uma característica muito marcante da comunidade.

Segundo os dados coletados em campo, 98% dos agricultores e agricultoras são proprietários de suas terras e dela tiram sua subsistência, pois a comercialização de produtos e/ou alimentos não é algo comum para a realidade da comunidade, ao dialogar-se com os agricultores da comunidade pode-se perceber que as suas pequenas lavouras são suficientes apenas para a alimentação da família, casualmente sobra algum excedente que pode ser comercializado. As pequenas criações de bovinos e caprinos também são uma fonte de renda e de alimentação de vários camponeses e/ou agricultores da comunidade.

Mesmo com as adversidades climáticas, a prática da agricultura passada de geração em geração ainda persiste e resiste até os dias atuais. O agricultor V. residente daquela comunidade há 55 anos, corrobora que, “*eu aprendi a trabalhar na roça com meu pai e ele aprendeu com meu avô, só meu filho que não quis seguir nossa tradição*”. De certa forma, a prática da agricultura na comunidade se torna um modo de vida, um patrimônio transmitido ao longo dos tempos. A agricultura praticada na comunidade é tradicional, fundamentada em saberes milenares, que tem como objetivo principal a produção de alimentos para o consumo próprio ou para a comunidade.

Mesmo diante das condições climáticas da região Nordeste brasileira, que não são propícias para a prática da agricultura, as famílias enfrentam e resistem a essas adversidades. A resiliência faz parte do homem sertanejo. É uma missão árdua, mas eles enfrentam com muita garra e determinação, pois isso muitas vezes é necessário para sua sobrevivência. O problema da seca é algo que afeta muito a prática da agricultura no Nordeste, consequentemente, na comunidade. É o que Alves (2013, p. 873), destaca:

[...] de tempos em tempos, as grandes estiagens agravam as dificuldades já encontradas pela população, deixando-a, principalmente nesse período, mais dependente das intervenções do Estado, sobretudo das políticas que atenuassem a difícil condição imposta pelo clima e que fossem capazes de promover alternativas de emprego e renda para a agricultura familiar.

A relação de convívio no semiárido nem sempre é amistosa, pois em anos de secas avassaladoras a força da natureza se sobressai à “inteligência” e capacidade de adaptação do homem. A história da região e do país pode comprovar isso. Contudo, ao longo dos tempos os agricultores se adaptaram às condições adversas do clima semiárido da região. A história e o passar dos anos mostrou que o convívio no e/ou com o semiárido não é fácil, porém é possível.

Imagem 1: Pequena lavoura de policulturas na comunidade do sítio Jatobá



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Segundo diálogos com os entrevistados durante essa pesquisa, percebe-se que a relação da Agricultura familiar de subsistência praticada na comunidade e o clima semiárido do nordeste brasileiro não são uma relação de conflito, mas sim, uma relação de adaptação e convívio. Ao longo dos tempos os camponeses vêm convivendo com as condições climáticas da região, e essas práticas e costumes são passadas de geração em geração, de pai para filho, mas também de filho para pai.

O manejo e adubação correta do solo, a realização das brocas (desmatamento) no tempo certo, da queimada e a escolha do solo correto para determinadas lavouras, baseado nas características da área, são conhecimentos que foram aperfeiçoados e transmitidos na comunidade ao longo dos tempos. Esses conhecimentos são transmitidos a partir da vivência com a agricultura praticada na comunidade do sítio Jatobá.

No decorrer dos anos, foram construídos 31 açudes e barragens espalhados pelas diversas propriedades do sítio Jatobá, e eles se mostram fundamentais para os agricultores da comunidade, pois eles são essenciais para os animais e para a prática da agricultura em suas margens. O preparo do solo por meio do desmatamento e posterior queimada, técnica conhecida popularmente por *broca*⁴, é a técnica mais usada pelos agricultores, além disso, eles também usam adubos orgânicos (esterco de animais), a técnica do pousio são conhecimentos transmitidos de geração em geração na comunidade. Segundo dados coletados em campo, o uso de pesticidas e herbicidas ficou mais comum na comunidade só mais recentemente.

A agricultura praticada na comunidade não é apenas uma forma de ocupação ou de subsistência, mas sim uma prática social e cultural construída ao longo dos tempos, persistindo até a atualidade. Sem dúvida a função social da agricultura familiar é inegável, a função econômica é importante, mas é apenas uma consequência da importantíssima função social. Além disso, a agricultura familiar tradicional, praticada pelos sertanejos nordestinos, tem também uma função cultural, pois ela é passada de geração em geração e resiste aos avanços do tempo e das inovações tecnológicas.

Deste modo a agricultura no semiárido se apresenta como um caminho desafiador e cheio de percalços. Praticar a agricultura nessa região é ir na contramão das condições necessárias para que ela seja praticada. Porém, isso não quer dizer que não seja possível praticar a agricultura no semiárido nordestino, a realidade mostra-se de forma completamente diferente, pois mesmo em meio às condições adversas desse clima, a agricultura vem sendo praticada ao longo do passar dos anos, contudo, teve-se que se adequar e se adaptar e/ou aprender a conviver em meio a essas condições impostas pelo clima.

⁴ A “broca” nada mais é que a prática de explorar áreas específicas da propriedade de forma móvel.

3 AGRICULTURA FAMILIAR DE SUBSISTÊNCIA E SUA PRÁTICA NO SEMIÁRIDO

A agricultura familiar é uma prática comum em todas as regiões do Brasil, portanto, no semiárido nordestino essa realidade não é diferente. A agricultura de base familiar é predominante no semiárido. A agricultura familiar praticada nessa região envolve pequenas propriedades rurais, onde as famílias produzem alimentos, principalmente para sua subsistência, e eventualmente vendem seus excedentes no mercado local. Na realidade do semiárido, a agricultura familiar encontra alguns desafios devido às condições climáticas adversas, normalmente esses desafios estão relacionados às questões hídricas, irregularidade das chuvas e às secas e aos longos períodos de estiagens.

A agricultura familiar e/ou de subsistência é muito importante para o Nordeste e para o semiárido, ela é fundamental para a segurança alimentar e a sustentabilidade das comunidades rurais espalhadas por diversas áreas dessa região. Reaprendendo a conviver com o semiárido e com o apoio das políticas públicas certas, é possível superar os desafios e percalços encontrados por essa prática, assim, melhorando a qualidade de vida e garantindo a segurança alimentar dos agricultores dessa região.

3.1 Clima semiárido e a prática da agricultura: território é multidimensional

O semiárido brasileiro corresponde a uma vasta área que se estende pelos nove Estados da região Nordeste e também por uma porção do Norte de Minas Gerais, essa área segundo o IBGE corresponde a 12% do território brasileiro. Ao se falar em semiárido, a primeira questão que surge é a questão da seca e da segurança hídrica, diante disso, subentende-se que a prática da agricultura nesta região é um desafio, além disso, o bioma Caatinga é mais um desafio encontrado pelos agricultores, devido às suas particularidades únicas no mundo. É sabido que não se pode mudar as características físicas do semiárido, portanto, o que resta é aprender a conviver com ele.

De fato, o clima semiárido é mais uma dificuldade encontrada pelos agricultores do Nordeste e da comunidade Jatobá de São Miguel, pois os mesmos estão sujeitos aos impactos provocados pelos anos de quadra chuvosa abaixo da média, e sobre a questão da seca. Dessa forma, apresenta-se o depoimento do senhor **C. E. F.**, agricultor de 63 anos e morador daquela comunidade desde seu nascimento. Que relata:

Eu nasci e me criei aqui, só passei uns tempos fora daqui, mas sempre volto pra cá... e desde menino que eu trabalho na agricultura até hoje, mesmo aposentado continuo trabalhando [...], mas o ruim do Nordeste é que nós agricultores estamos sujeitos às condições do inverno... sem água na terra não somos nada (Entrevista, 2023).

A questão do convívio com as adversidades climáticas do semiárido é uma realidade enfrentada diariamente pelos agricultores daquela região. Na fala do entrevistado, pode-se observar essa relação da agricultura com a instabilidade do semiárido e com a questão da seca. Durante o trabalho de campo da presente pesquisa, pode-se notar que, em alternativa ao enfrentamento às condições climáticas do semiárido, os agricultores da comunidade Jatobá corriqueiramente costumam construir pequenos açudes em suas propriedades, na tentativa de atender às suas necessidades básicas e dos animais.

Os pequenos açudes são de suma importância para o funcionamento da comunidade, pois garante uma “estabilidade” hídrica para os agricultores. Cerca de 95% dos estabelecimentos rurais da comunidade do sítio Jatobá contam com um ou mais de um açude e/ou barragem, além disso, muitas dessas propriedades ficam às margens do açude Cachoeira, grande reservatório responsável por abastecer a cidade de Aurora.

Imagem 2: Pequeno açude na propriedade do senhor *F.S.F.*, agricultor da comunidade Jatobá



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Segundo Neto (2017), a questão da açudagem no semiárido nordestino tem se mostrado como sendo uma das primeiras alternativas no combate ou para atenuar os efeitos produzidos pelo fenômeno da seca. Além disso, a açudagem é uma das alternativas mais baratas e eficazes que os agricultores podem contar no convívio com o semiárido. Os pequenos açudes são de fundamental importância para suprir as necessidades de subsistência daquele estabelecimento rural.

Ainda sobre a questão da açudagem o senhor **C. E. F** coloca que:

Meu açudinho é a minha salvação nos anos de inverno ruim, por que ele serve tanto para os animais que eu crio no sítio e tanto serve para caso eu queira plantar alguma roça perto dele, para que eu possa fazer a irrigação da plantação (Entrevista, 2023).

Sem o auxílio do Governo e das políticas públicas os agricultores têm que buscar alternativas por conta própria e muitos deles veem a açudagem como o recurso mais próximo da sua realidade, porém, ela não se mostra ser uma alternativa totalmente eficiente e eficaz, mas é a mais eficiente e eficaz para a realidade de muitas comunidades rurais do Nordeste. A construção de reservatórios d'água é a alternativa economicamente mais viável para os agricultores que não contam com um curso perene d'água em suas propriedades, pois eles são uma garantia hídrica para os agricultores, essa realidade pode-se ser notada ao dialogar com os agricultores locais.

Para além da açudagem, o convívio com o semiárido, ao longo dos tempos, permitiu que os agricultores desenvolvessem diversas técnicas de armazenamento e captação d'água, entre elas: barreiros, cisternas, poços artesianos e cacimbas, os dados coletados durante a pesquisa de campo mostrou que mais de 96% dos agricultores das comunidades podem contar com uma ou mais de uma dessas técnicas. Todas essas técnicas têm sua relevância no convívio com o semiárido, pois a partir delas se é possível desenvolver a agricultura e promover a subsistência.

A escassez de chuva e a variabilidade pluviométrica no semiárido desestimulam os agricultores a produzirem, entretanto, quando eles contam com alguma técnica de acúmulo de água eles ficam mais confiantes para plantar. Na comunidade do Sítio Jatobá, essa é uma realidade que pode ser observada, pois os agricultores que contam com pequenos açudes ou outra forma de armazenamento de água em suas propriedades conseguem produzir alimentos para sua subsistência com mais facilidade.

Imagem 3: Plantação irrigada no quintal de agricultores da comunidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Na **imagem 3**, pode-se observar uma plantação de frutas e hortaliças no quintal da senhora **R. L. B. S** de 59 de idade, moradora da comunidade do sítio Jatobá. Com o desenvolvimento das técnicas possibilitou que a agricultora plantasse e irrigasse em seus quintais, mesmo o curso do rio mais próximo ficando a dezenas de metros de distância de sua plantação. Essas plantações irrigadas são comumente encontradas na maioria das residências daquela comunidade, e eles desempenham um importante papel na promoção da subsistência e da segurança alimentar daquelas pessoas.

A irrigação possibilita que os agricultores daquela comunidade produzam frutas, verduras e hortaliças o ano todo, com isso, garantido alimentos para suas famílias. Os agricultores da comunidade não têm acesso a insumos altamente tecnológicos, mas mesmo assim conseguem irrigar e produzir em seus quintais. Na realidade da comunidade observa-se que cerca de 92% dos agricultores contam apenas com o sistema de irrigação por meio da *bomba sapo*⁵, enquanto outros fazem de forma manual. Com a instabilidade pluviométrica da região a irrigação é imprescindível.

⁵ As bombas submersíveis vibratórias, popularmente chamadas de *Bomba Sapo*, são utilizadas para aumentar o volume de água, seja para redirecionamento em determinada área ou para o abastecimento de algum reservatório.

Segundo Castro (2018, *s. p*), a agricultura irrigada se difundiu de forma expressiva nos últimos cinquenta anos, isso em decorrência de uma série de políticas públicas voltadas para essa questão, essas por sua vez tinham a missão de desenvolver a agricultura seja ela de que porte for, pequena, média ou grande e conseqüentemente desenvolver a região. As políticas voltadas para a irrigação e desenvolvimento da agricultura familiar, assim como as outras políticas públicas voltadas para o convívio com o semiárido ainda chegam nas pequenas comunidades de forma tímida ou até mesmo não chegam. A agricultura familiar necessita de políticas públicas mais eficientes e eficazes que cheguem para todos de forma igualitária.

Aqueles agricultores que não contam com o auxílio de técnicas de irrigação e armazenamento de água contam apenas com a sorte e com a esperança de uma quadra chuvosa favorável, pois só assim obterá êxito em suas plantações. A prática da agricultura nessa região, em decorrência das adversidades do clima, é um desafio, pois os agricultores estão sujeitos às condições que o clima impõe. Suas plantações dependem das condições do período chuvoso de cada ano, eles não têm nenhuma estabilidade e nem garantia de colheita.

Imagem 4: Plantação da tridi feijão, milho e fava na comunidade Jatobá



Fonte: Elaborado pelo o autor, (2024).

Na **imagem 4**, pode-se observar uma plantação de milho, feijão e fava em sua fase inicial. Segundo o agricultor **R. L. B. S**, de 32 anos, sua lavoura deveria estar mais desenvolvida, mas, em virtude da chegada tardia das chuvas em (2024), o agricultor fez sua plantação mais tarde. Os agricultores que contam apenas com a esperança de uma quadra chuvosa boa vivem sem certeza nenhuma, pois muitas vezes eles plantam, mas acabam não colhendo. Diante desse cenário, as políticas públicas voltadas para o convívio com o semiárido são imprescindíveis.

3.2 Um olhar geográfico da história, das relações e práticas da comunidade do Sítio Jatobá de São Miguel.

A globalização⁶ e a modernização da agricultura pouco atingiu o modelo tradicional da agricultura praticada nessa comunidade. O sistema agrícola praticado na comunidade é passado de geração em geração e pouco se modernizou e/ou se modificou ao longo dos tempos. Ao serem questionados por essa pesquisa, os agricultores da comunidade afirmam de modo unânime que a falta de políticas públicas é um dos motivos pelo qual a agricultura não se modernizou e ficou mais eficiente no decorrer dos tempos na comunidade.

A prática da agricultura na comunidade não é fácil, pois essa prática no semiárido é complexa, além disso, a rugosidade do relevo da comunidade é composta por serras, morros, chapadas e pequenas áreas de vazantes. Mesmo com uma série de adversidades, os agricultores e agricultoras conseguem buscar alternativas para praticá-la. Para os agricultores da comunidade ela é fundamental para sua subsistência, portanto, eles tiveram que “(re)aprender” a conviver com o semiárido, com as mudanças climáticas e com o processo de modernização/globalização da agricultura.

A comunidade mesmo não tendo uma localização privilegiada, devido a rugosidade do relevo, tem a vantagem de ficar situada às margens da represa/barragem Cachoeira, essa por sua vez é responsável pelo abastecimento d’água da sede do município de Aurora. Ela é uma das maiores represas do estado do Ceará e a maior do município. Ela é muito importante para a cidade de Aurora, porém, para a comunidade ela foi um desastre, pois as melhores áreas para plantação ficaram submersas pela água da represa, mesmo a comunidade ficando a cerca de 4km de distância da barragem.

A construção da represa nos anos 2000 simbolizava o “progresso” implantado na região, o Açude Cachoeira foi construído pelo governo do Estado do Ceará, que na época era

⁶ Tipo de mercado financeiro global surgido da integração dos mercados de diversas nações e da eliminação das fronteiras entre tais mercados.

chefiado pelo ex-governador Tasso Ribeiro Jereissati. Segundo Batista (2020, p. 124), “o estado do Ceará passava por transformações no cenário político e o desenvolvimento de uma política baseada na implementação de recursos hídricos, construída pelo governo Tasso”. A açudagem na época era tida como a principal ferramenta no “enfrentamento a seca” e as questões hídricas, além disso, a açudagem servia como apelativo político, para angariar votos nas eleições. Para isso, o Estado implantou esses açudes sem se preocupar com os efeitos colaterais dessas construções. A comunidade Cachoeira, Poço do Couro, Currais Velho e Jatobá de São Miguel foram duramente afetados por essa construção.

A partir da pesquisa de campo e da realização de entrevistas, pode-se perceber que com a construção do Açude os agricultores foram os mais prejudicados, pois além de terem suas terras desapropriadas as melhores terras próximas ao riacho ficaram submersas. Diante desse fato, os agricultores tiveram que migrar suas plantações para as áreas mais altas e distantes das águas da represa, pois as margens da represa são áreas de preservação permanente – APP, portanto, não pode ser utilizada.

Imagem 5: Visão panorâmica da barragem do Açude Cachoeira



Fonte: Freire, (2024).

A imensidão dos 34,33 milhões de metros cúbicos deixou submersa a maior parte das vazantes dos agricultores da comunidade do sítio Jatobá debaixo d’água, com suas melhores terras submersas os agricultores tiveram que mudar seus roçados para áreas distantes das

águas do açude. Com a extinção do riacho Caiçara, os agricultores só podem contar com esperança em uma boa quadra chuvosa e com as águas de seus pequenos açudes, barragens ou cisternas. Na busca solucionar o problema do urbano e “combater a seca”, foram os moradores da zona rural e das comunidades que ficaram prejudicados, e sem amparo do Governo do Estado, nem ao menos foram consultados sobre a construção da barragem e sobre seus efeitos colaterais. Segundo o agricultor **A. R. F** agricultor de 85 anos, só souberam de fato da construção da represa quando as máquinas chegaram. O agricultor relata:

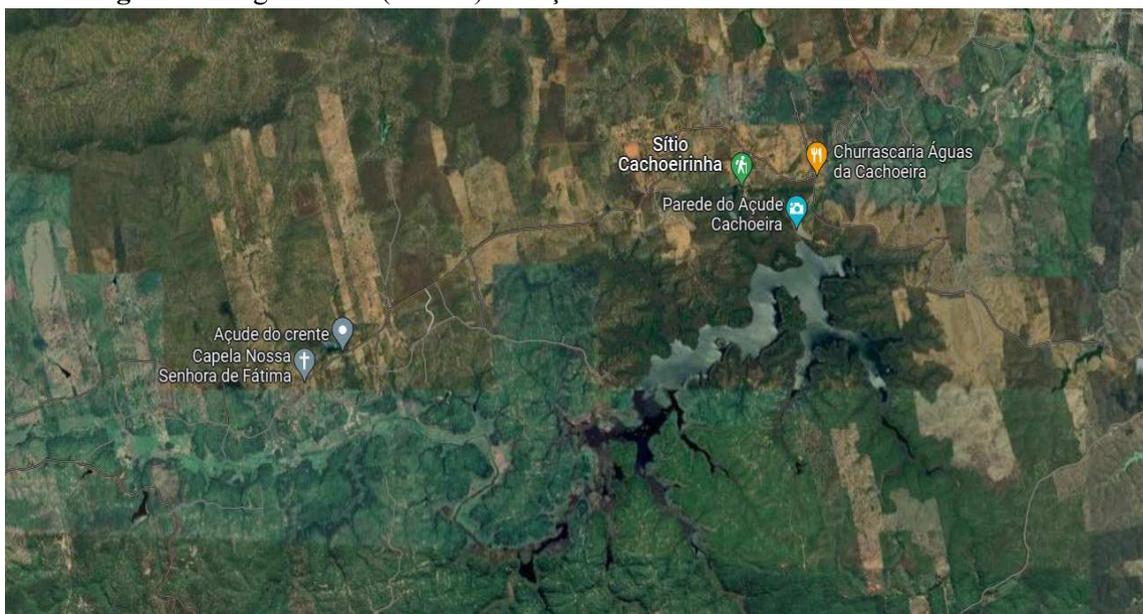
Eu só fiquei sabendo mesmo da construção quando ouvi a zoadada das máquinas, e corri pra lá pra ver o que tava acontecendo... eu sempre achei essa construção errada por que o povo do governo nunca vieram conversar com nós moradores do riacho da Caiçara... pra saber o que nós achávamos, esse açude acabou com minhas beiras de rio, eu tinha tanta plantação lá, mas tudo acabou... eu gosto tanto de minha terrinha, mas esse açude atrapalhou muito nós (Entrevista, 2024).

Na fala do agricultor, pode-se ver sua indignação com a construção da barragem e sua proximidade e relação de pertença com seu *lugar*. A construção da barragem mudou radicalmente as vidas dos moradores da região afetada pela construção, além disso, mudou toda a dinâmica de funcionamento daquele *lugar*, os moradores tiveram que aprender a viver e trabalhar no seu próprio *lugar*. Sem a “ajuda” do governo, o processo de “reconstrução” das comunidades afetadas tornou-se ainda mais difícil.

Ao se dialogar com os moradores locais, pode-se identificar que a dinâmica da agricultura daquela comunidade pós-construção também teve que passar por um processo de readaptação e/ou reconstrução, pois os agricultores já não podiam mais contar com suas vazantes e “beiras de rio” em anos de seca ou de irregularidade pluviométrico. Novas técnicas tiveram que surgir nesse “novo processo” de reconstrução da prática da agricultura, na comunidade, porém, sem ter mais alternativas os agricultores conseguiram com maestria reconstruir e/ou reformular suas práticas para se adequar ao novo lugar, pois não foi apenas a paisagem que mudou, mas sim, a vida daquelas pessoas. Todavia, essa nova realidade serviu para mostrar que reaprender a conviver com e no semiárido é possível.

A comunidade do sítio Jatobá em si foi diretamente afetada pelos efeitos colaterais das políticas de “enfrentamento à seca” e pela política da açudagem que, muitas vezes, visam mais angariar votos, que resolver os reais problemas do semiárido. A comunidade foi afetada duramente na sua parte física, pois o Açude Cachoeira dividiu a comunidade ao meio.

Imagem 6: Imagem aérea (satélite) do Açude Cachoeira e das comunidades à sua volta



Fonte: Google Maps

Pela imagem 6, pode-se notar que a grande proporção do Cachoeira acabou dividindo ao meio algumas comunidades, ou pior, acabando definitivamente com elas. A porção Sul do Açude Cachoeira foi a mais afetada, ficando sem acesso por via terrestre. A comunidade do sítio Jatobá fica localizado no mapa onde aparece a Capela Nossa Senhora de Fátima, essa parte da comunidade, ao Norte da represa, não foi duramente afetada, porém, a porção Sul da comunidade deixou de existir. A construção da represa para essas comunidades foi prejudicial.

3.3 Agricultura na comunidade jatobá: espaço multidimensional

A história da agricultura na comunidade se confunde com a própria história da localidade, elas duas estão entrelaçadas e separá-las é algo quase impensável para a comunidade. Desde o início da comunidade, a agricultura foi a principal atividade realizada pelos por seus moradores, e esse cenário se estendeu até os dias atuais, mesmo com as adversidades do clima semiárido, a prática dela persistiu. A história dos agricultores que ali moram também está entrelaçada com a história da agricultura praticada na comunidade, pois muitos moradores exercem essa profissão desde a sua infância.

Sem dúvidas, a agricultura é e foi muito importante para o desenvolvimento da comunidade e até mesmo responsável pela sua existência até aos dias de hoje. Segundo Altafin (2007, *s. p*), a agricultura familiar é um dos mecanismos que promovem o

desenvolvimento local, assim, preservando sua cultura e tradições. Para a comunidade ela é fundamental em um cenário que ela não existisse e/ou não fosse praticada talvez a comunidade deixaria de existir, pois 88% dos moradores da comunidade praticam e/ou vivem da agricultura familiar de subsistência.

Mesmo de forma ainda arcaica e um pouco rudimentar, a agricultura familiar na comunidade conseguiu superar os desafios da modernização e da globalização dessa prática, pois ela conseguiu persistir ou resistir até a atualidade. Mesmo contando apenas com sua própria força de trabalho, os agricultores na comunidade conseguiriam se sobrepôr às adversidades e surpresas que o clima semiárido reservou para suas vidas. Ao longo dos tempos, o que restou foi conviver. Por exemplo, o convívio com o semiárido é o caminho mais certo, tentar “lutar” contra as condições do clima é uma luta perdida.

O sistema de agricultura-pecuária, praticado na comunidade, teve que aprender a conviver com o semiárido ao longo dos tempos, por isso os agricultores enfrentaram grandes adversidades, como por exemplo, as grandes secas e estiagens. A grande seca que atingiu a região no período de 2012 a 2018 foi uma das secas mais devastadoras da história do Estado do Ceará por consequência da comunidade. Em anos de grandes secas ou períodos prolongados de estiagem, os agricultores da comunidade têm que repensar suas próprias práticas para conseguir conviver com essas mudanças tão severas.

Sobre essa situação o **C. E. F** comentou:

[...] essa seca de 2013 a 2018 foi difícil demais, nós passamos por uma situação muito difícil... a chuva era pouca, sem nós conseguir plantar, sem ter o que os bichos comecem... ver os bichinhos quase passando fome era ruim demais... eu nunca pensei em ir embora daqui, mas quando eu via essa situação tinha dias que dava vontade, mas nós fomos nos rebolando e lutando e deu certo. Graças a Deus que o inverno tá prestando e agora estamos em uma situação melhor [...]
(Entrevista, 2023).

Pode-se notar na fala do agricultor que eles em períodos difíceis têm que buscar alternativas para enfrentar esse problema, o agricultor ao se referir que em anos de secas tiveram que “se rebolar e lutar” refere-se justamente a terem que buscar alternativas, técnicas para conviver com essas características e/ou realidades colocadas pelo clima semiárido da região. Essa não é uma missão fácil, porém às vezes é a única alternativa que esses agricultores podem contar, como falou o agricultor acima.

A comunidade, durante o período de seca de 2012 ao início de 2018, sofreu um forte impacto no número do rebanho bovino da comunidade. Segundo IBGE (2022), o número do rebanho caiu em cerca de 30%, em razão de várias mortes e também alguns agricultores

tiveram que se desfazerem de seus animais, pois não havia pastagens para eles. Os dados coletados por essa pesquisa mostram que na comunidade 62% das famílias têm um ou mais bovinos em sua propriedade. A criação de gado é muito relevante para os agricultores da região, pois eles servem como fonte de alimento (carne e leite), além disso, são uma boa reserva econômica e/ou ajuda para custear os gastos anuais dos estabelecimentos. A criação de gado é a mais comum encontrada na comunidade.

A criação de gado é marcante na história do Nordeste brasileiro, por consequência no Ceará, e esse cenário não seria diferente, no sítio Jatobá de São Miguel, que desde os primórdios de seu surgimento a pecuária sempre esteve lado-a-lado da agricultura familiar. Segundo Silva e Silva (2014, p. 45), o semiárido foi amplamente ocupado por rebanhos bovinos, e a agricultura ficava em segundo plano, resumindo-se ao cultivo sazonal, da tríade, milho, feijão e mandioca, plantado e colhidos apenas em anos de chuva favorável. Até os dias atuais, essa realidade é observada na região nordeste, e não seria diferente na comunidade Jatobá, onde a criação de gado mostra-se ser até mesmo um traço cultural daquele povo.

O semiárido nordestino é constantemente afetado por eventos climáticos severos, esse território sempre esteve permeado por desafios e riscos nas tentativas de desenvolver atividades agrícolas, independentemente do seu porte e capital. Porém, essa prática se faz necessária, mesmo tendo que superar os desafios e riscos impostos pelo o clima, pois essa prática está normalmente associada à segurança alimentar humana. Para isso, os agricultores têm que desenvolver técnicas para contornar esses eventos climáticos negativos. Conforme Silva e Neto (2016, p. 45), a prática da agricultura nessa região é importante para a segurança alimentar:

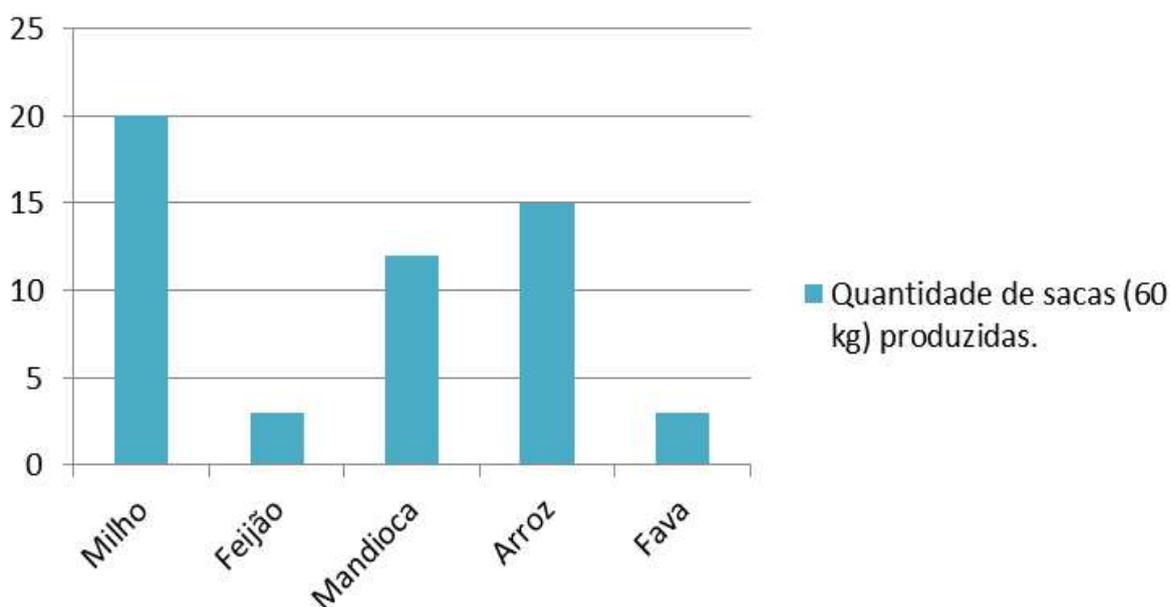
A prática da agricultura em áreas dependentes de chuva sempre teve grande importância quando associada à alimentação humana ou animal, principalmente em espaços ocupados por propriedades de base familiar. Na intenção de obter alimento para atravessar o ano e as intempéries climáticas, o homem do campo nordestino e, em especial, o sertanejo, sempre preencheu seu dia buscando gerar alimentos e conservá-los da melhor maneira possível.

No decorrer dos anos, os agricultores da comunidade a partir da observação dos fenômenos e convívio com o meio conseguiram desenvolver técnicas de manejo das plantações e armazenamento dos alimentos que permitiu superar os efeitos dos problemas climáticos. O convívio com o semiárido é possível, a agricultura praticada de forma inteligente nessa região é possível. Devido às particularidades do clima semiárido e das suas constantes mudanças no comportamento do período chuvoso da região, das chuvas de verão,

os agricultores têm a cada ano e/ou período chuvoso buscar ou alterar suas técnicas para se adequar a essas novas condições. Plantar próximo a açudes e/ou barragens, plantar em áreas mais baixas e planas, nas margens do Açude Cachoeira e a escolha de variedades adaptadas com a irregularidade das chuvas são algumas das técnicas ou alternativas usadas pelos agricultores do sítio Jatobá.

Durante a pesquisa de campo e o levantamento de dados, observou-se que a agricultura familiar desempenha um importante papel fundamental na segurança alimentar das famílias locais. As culturas são adaptadas às condições do clima, esses cultivos incluem uma série de alimentos básicos, como milho, feijão, fava, mandioca, hortaliças e frutas regionais. Veja a produção anual, por família, dos alimentos mais produzidos na comunidade:

Gráfico 1: Gráfico produção anual por sacas (60 Kg) de alguns alimentos produzidos na comunidade Jatobá



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Essas variedades apresentadas são produzidas por todas as famílias de agricultores da comunidade. Esses alimentos contribuem para a segurança alimentar das famílias e da comunidade, além disso, o excedente pode ser comercializado, assim, gerando algum retorno financeiro para as famílias. Na comunidade, a agricultura também é uma importante fonte de renda e ocupação para as famílias.

A comercialização de parte de sua produção, e a comercialização de animais, além do trabalho remunerado por diária na roça, geram uma renda vital para muitas famílias, cerca de

20% dos alimentos produzidos são comercializados. Segundo alguns agricultores entrevistados, essa renda é necessária para atender as necessidades básicas das famílias. Ao dialogar com os agricultores, pode-se identificar que, a comercialização dos alimentos e animais no comércio local e/ou regional fortalece esse comércio, conseqüentemente, gera desenvolvimento para o campo e para a cidade.

As contribuições da agricultura familiar na comunidade e no semiárido vão além da segurança alimentar e geração de renda, ela abrange vários setores. A agricultura familiar está intimamente ligada ao modo de vida, à cultura e às tradições daqueles povos. Os conhecimentos agrícolas e as técnicas são passadas de geração em geração, assim, resguardando a cultura local da região. Portanto, a agricultura familiar desempenha um papel vital no contexto do semiárido, abrangendo várias áreas, alimentar, econômica, social e cultural, sendo ela essencial para a comunidade.

4 AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS ENFRENTADOS NA CONTEMPORANEIDADE PELA COMUNIDADE DO SÍTIO JATOBÁ

A agricultura familiar, ao longo dos tempos, vem disputando espaço com o famigerado agronegócio brasileiro, e essa disputa muitas vezes é altamente desigual, pois há um abismo na diferença de capital entre elas. No cenário brasileiro, o agronegócio, altamente capitalizado e produtor de commodities, é visto como a indústria riqueza do Brasil, porém, a realidade é diferente. Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária, do governo Lula, o Plano Safra 2022/2023 disponibilizará R\$ 340,8 bilhões para o setor agropecuário, sendo que a maior fatia desse montante será destinada ao agronegócio, para agricultura familiar e/ou os pequenos produtores será destinado apenas R\$ 53,61 bilhões para financiamento por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Historicamente o setor agrícola do Brasil sempre esteve marcado pela disparidade de investimentos entre a agricultura familiar e o agronegócio. A agricultura familiar sempre recebe uma parcela menor dos investimentos, mesmo ela sendo responsável por alimentar o Brasil, segundo o IBGE (2023) a agricultura familiar gera cerca de 70% a 80% dos alimentos consumidos no país. Portanto, seria justo ela receber mais investimentos do governo. Devido ao poder econômico do agronegócio, ele acabou sendo beneficiado por ser responsável por gerar alimentos e renda para o país. Em consequência disso, a agricultura familiar é desvalorizada e pouco destacada no país, pois os brasileiros ainda não têm noção da grande importância da mesma.

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na segurança alimentar do país, além disso, ela tem ainda maior destaque porque o Brasil é um país subdesenvolvido. Porém, nos dias atuais, as perspectivas e os desafios enfrentados por aqueles que praticam a agricultura de subsistência são diversos e complexos. No semiárido, esses desafios enfrentados ainda são maiores. Diante dessas perspectivas e desafios, é crucial adotar a prática do convívio e/ou adaptação no semiárido, para assim, apoiar e fortalecer a agricultura familiar e de subsistência.

O Nordeste sofre com problemas hídricos, porém, isso não quer dizer que falte água totalmente, visto que na região há chuvas, entretanto, são irregulares no tempo e no espaço, além disso, a evaporação é superior ao volume das chuvas. Diante dessas características, a prática de atividades agrícolas nessa região é complexa, porém, possível. A resiliência do homem do campo permite que essa prática seja possível, mesmo com todos os percalços

encontrados pelo caminho. A falta de acesso a insumos e tecnologia, além da falta de ajuda governamental por meio de políticas públicas são uns dos encaixes encontrados pelos agricultores nordestinos e do Jatobá, isso pode ser constatado ao se dialogar com os agricultores locais.

França *et al.* (2018) corrobora que a capacidade de adaptação e de ação do homem do campo é impressionante para os habitantes de outras regiões do país, diante do complexo de adversidades que permeia a vida no semiárido. Se não fosse a capacidade de adaptação e de persistência dos sertanejos, a agricultura correria o risco de não ser praticada em muitas áreas do semiárido, pois essa prática na região se dá em razão da resiliência, da tradição e da necessidade dos sertanejos. Mesmo a região sendo constantemente assolada por eventos climáticos devastadores, os agricultores conseguem produzir em meio a todas essas condições adversas.

Mesmo com as adversidades climáticas do semiárido, a agricultura familiar é a base de muitas comunidades da região, e não seria diferente com a Jatobá de São Miguel. Esse tipo de agricultura tem como base a família, ou seja, a força do trabalho vem prioritariamente da própria família. Para Carmo e Salles (1998, *s. p.*), a agricultura familiar apresenta um tripé de relação indissociável entre família, propriedade e trabalho. Esse modelo agrícola vem resistindo ao longo dos tempos até os dias atuais, pois essa relação entre homem, propriedade e trabalho é à base desse modelo de agricultura. Essa tríplice relação é uma das responsáveis pela agricultura resistir em meio às condições do semiárido.

Boas práticas sustentáveis são a agroecologia no semiárido, visto que são imprescindíveis no convívio com o mesmo, para, conseqüentemente, se conseguir praticar a agricultura. Entretanto, as boas práticas sustentáveis na agricultura familiar vão na contramão dos sistemas agrícolas predominantemente praticados, portanto, não é uma missão fácil, porém, necessária. Para Brasileiro (2009, p. 9), a alternativa de trabalhar com a agroecologia em uma região como a do semiárido nordestino requer mudanças radicais no atual modelo de desenvolvimento da agricultura familiar, que há anos é cultivada. Ir na contramão dos modelos tradicionais da agricultura familiar no sertão é uma tarefa árdua, porém cada vez mais imprescindível em meio às mudanças climáticas atuais e ao contexto ambiental do país. A implementação de práticas agroecológicas é uma opção inovadora, portanto, é necessário que os agricultores repensem suas próprias práticas.

Ao dialogar com os agricultores da comunidade Jatobá, notamos que o homem do campo pouco foi “instruído” cientificamente para trabalhar em meio a essas adversidades. Pouco se teve ou se tem políticas públicas eficientes e eficazes voltadas para a prática da

agricultura familiar e do convívio com o semiárido. Até outrora os sertanejos poucos ouviram falar sobre agroecologia e sobre as boas práticas sustentáveis, mesmo essas práticas sendo eminentes e palpáveis em suas vidas. Pois é inegável que nos últimos anos o planeta sofreu duramente com as iminentes mudanças climáticas, que afetam diretamente o homem do campo.

O subdesenvolvimento da região Nordeste brasileira é geralmente associado à escassez d'água e aos problemas climáticos. As poucas políticas eficazes implementadas têm como missão tentaram amenizar os efeitos da seca e promover o convívio com o semiárido, porém, ainda hoje tratam essas ações como “combate à seca”. França *et al.* (2018, p. 220) corrobora que:

[...] as políticas implementadas buscaram efetivamente compreender e conviver com essa característica, mas continuaram tratando como ações de “combate à seca”, quando, na verdade, deveriam buscar alternativas que visassem a convivência com a estiagem, fenômeno cíclico nas regiões semiáridas.

Aprender a conviver com o semiárido é o caminho mais certo e eficaz que possibilita a permanência dos sertanejos no campo. Se os agricultores da comunidade estudada não tivessem aprendido a conviver com o semiárido, certamente, muitos já não estariam no campo. Não se cabe mais a ideia de “combater a seca” pois essa visão já está superada, por isso sabe-se que não é possível mudar as condições climáticas do semiárido, porém, é possível amenizar seus efeitos, produzir, permanecer no campo, é possível desde que haja um convívio sustentável e inteligente com o mesmo.

Políticas que integram os saberes populares dos sertanejos e que buscam a valorização do homem do campo são nitidamente mais eficazes na busca do convívio com o semiárido. É de suma importância que as políticas públicas voltadas para o campo e para o semiárido incluam os saberes populares dos residentes de cada região trabalhada, pois ao longo de décadas os sertanejos observam os fenômenos e aprendem a lidar com os mesmos, portanto a junção dos saberes populares com os científicos podem gerar efeitos mais eficazes na labuta do convívio no semiárido. Na realidade da comunidade do Sítio Jatobá, os saberes dos agricultores da comunidade são de suma importância para a prática da agricultura naquela comunidade, pois ao longo dos tempos os agricultores vêm construindo conhecimentos sobre essa prática.

A agricultura de subsistência praticada no semiárido normalmente é sustentada por técnicas agrícolas tradicionais, rudimentares que foram e são aperfeiçoadas ao longo de várias

décadas e gerações distintas. Os saberes e práticas locais servem como uma importante ferramenta para enfrentar as adversidades climáticas e a irregularidade das chuvas na região. Ao dialogar com os agricultores do Sítio Jatobá pode-se concluir que os saberes e técnicas deles permitiram que os mesmos conseguissem ao longo das últimas décadas praticar a agricultura mesmo em um meio cheio de adversidades e com poucos recursos financeiros e técnicos para investir em seus roçados.

Sem dúvidas, os saberes populares dos agricultores nordestinos são de suma importância para essa prática na região. Além disso, o conhecimento científico também é muito bem-vindo na jornada do convívio com o semiárido. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA é muito importante para a agricultura familiar praticada no Nordeste, entretanto, ela não é só importante para essa região, mas sim para todo o setor agrícola brasileiro. A EMBRAPA tem como missão “viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira” (EMBRAPA, 2022, *s. p.*). As técnicas desenvolvidas para a agricultura familiar no Nordeste foram vitais para o desenvolvimento dessa prática na região.

O melhoramento genético de sementes desenvolvido pela EMBRAPA tornou-as mais resistentes às condições climáticas e às pragas. Essas técnicas são de suma importância para a agricultura, sobretudo, de base familiar e/ou de subsistência, pois geralmente elas não detêm recursos técnicos avançados, podendo contar apenas com essas sementes melhoradas e adaptadas às condições do semiárido. Os agricultores da comunidade do sítio Jatobá de São Miguel também podem contar com as sementes do Programa Hora de Plantar do governo do Estado do Ceará, que distribui sementes e mudas de elevado potencial genético aos agricultores de base familiar do Estado. Segundo a agricultora C. S. F de 56 anos, as sementes do Programa Hora de Plantar são uma ferramenta importante que os agricultores da comunidade podem contar, ela afirma que:

[...] nós agricultores aqui do sítio não podemos contar com ajuda de quase nada do Governo, a única coisa que eles mandam pra nós é as sementes do governo, mas faz bem, porque essas sementes nos ajudam demais, elas são muito boas. Antigamente as sementes de milho e feijão estragava mais fácil, e, além disso, a safra não era tão boa não, mesmo as chuvas sendo melhor a produção por tarefas era bem menor[...] (Entrevista, 2024).

Políticas públicas eficientes e eficazes são, sem dúvidas, necessárias para fortalecer a agricultura familiar no semiárido e em todo país. O Programa Hora de Plantar proporcionou a agricultores sementes de qualidade e resistente às adversidades climáticas do semiárido, essa

política é uma aliada dos agricultores na prática da agricultura e no convívio com o semiárido. Quando se tem políticas públicas que funcionam, os efeitos da falta de chuva e escassez são amenizados, e, conseqüentemente, garantindo a subsistência das famílias de agricultores da comunidade.

Outra importante política pública é o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, do Governo Federal. O PAA é uma das principais políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar no Brasil. Esse Programa trata-se de um projeto em que o Governo Federal adquire alimentos provenientes da agricultura familiar e os distribui gratuitamente para indivíduos carentes de acesso a uma alimentação adequada e saudável, bem como para beneficiários dos programas de assistência social. Esse é um programa muito relevante, que garante a geração de renda e emprego nas comunidades, porém, mesmo diante de sua relevância esse programa não chegou a comunidade do Sítio Jatobá.

A comunidade do Sítio Jatobá sofre com a ausência de políticas públicas, essa comunidade parece não “existir” para o Governo, isso pode ser comprovado, pois, durante o levantamento de dados proposto por essa pesquisa, poucos dados foram encontrados, não há quase nada de dados relevantes sobre a prática da agricultura na comunidade. Essa pesquisa mostra-se ser pioneira, ao se trabalhar a relação da agricultura de subsistência, no semiárido, praticada no Sítio Jatobá. A existência e o levantamento de dados são muito importantes para reivindicar políticas públicas para a agricultura familiar, sendo nítido que a comunidade precisa de mais atenção.

Segundo os dados coletados em campo, identificamos que apenas 13% dos agricultores da comunidade do Sítio Jatobá têm acesso a algum tipo de programa ou financiamento por meio do Pronaf. Esses agricultores normalmente buscam pelo programa Agroamigo,⁷ que visa estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários. Estes créditos são liberados pelo Pronaf por meio do Banco do Nordeste. Os agricultores geralmente recebem uma quantia em torno de 10 a 13 mil reais. Segundo os agricultores, esse valor é essencial para fortalecer a prática da agricultura e para a manutenção de seus estabelecimentos rurais.

⁷ É o programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste quer melhorar o perfil social e econômico das famílias do campo. Por meio de seus agentes de microcrédito, atende, de forma pioneira no Brasil, a milhares de agricultores e agricultoras familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com exceção dos grupos A e A/C.

Mesmo diante de toda relevância da agricultura familiar para o país, ainda há poucos investimentos nela. Essa realidade é ainda mais escancarada no Nordeste brasileiro, onde ela é fundamental para a segurança alimentar e/ou subsistência de várias famílias e comunidades da região. Carvalho e Gomes (2022, p. 10) observam que “apesar de sua imensa importância, a agricultura familiar ainda enfrenta obstáculos que limitam e atrasam o seu desenvolvimento na região, em que se destacam a escassez de terra, a falta de assistência técnica e a insuficiência de recursos financeiros.” Essa é a realidade de muitas comunidades rurais do Nordeste do Brasil. Essa realidade não é diferente, a comunidade estudada é inexistente para os olhos dos governantes, pouco ou quase nenhuma política de fortalecimento da agricultura chega à comunidade.

No desenvolvimento da agricultura familiar de subsistência no semiárido, os financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, são umas das ferramentas mais importantes que os agricultores podem efetivamente contar. Magalhães *et al.* (2006, *s. p.*), consideram que “o PRONAF é uma das principais políticas públicas do Brasil na área social e agrícola.” A liberação de créditos por meio do PRONAF, sem dúvidas, é vital para auxiliar economicamente os agricultores, além disso, possibilita a aquisição de insumos que fortalecem a agricultura. Como falado anteriormente, corriqueiramente os agricultores do sítio Jatobá buscam pelos créditos liberados pelo PRONAF, para assim investirem em seus estabelecimentos rurais e em seus roçados.

Mesmo com investimentos bilionários em políticas públicas e programas sociais ao longo dos tempos, pouco desse investimento chega às comunidades rurais e aos agricultores espalhados pelo país. E essa realidade afeta diretamente a qualidade de vida e segurança alimentar de vários agricultores (as) do semiárido.

É preciso fortalecer a agricultura familiar, ela é muito importante para o país, pois ela transpassa várias barreiras, sociais, culturais, econômicas entre várias outras. Portanto, ela merece uma devida atenção. Durante a construção desta pesquisa, notamos a inexistência, ou quase isso, de dados relacionados à agricultura familiar no município de Aurora e na comunidade do Sítio Jatobá de São Miguel. Essa precariedade e/ou inexistência contribui diretamente na falta de políticas públicas para esse município.

Não se é possível desenvolver ou efetivar alguma política pública sem conhecer a realidade do município ou da comunidade. Os poucos dados encontrados, no site do IBGE, são muito superficiais, não retratam a verdadeira realidade do município e da comunidade. Portanto, trabalhos como esses, que levantam dados, são de suma importância para fortalecer a agricultura e reivindicar políticas públicas para a agricultura familiar. Mesmo diante todos

os obstáculos e desvalorização, os agricultores não desistiram da agricultura, continuam resistindo e persistindo diante todas as adversidades da região Nordeste do Brasil. São muitos os desafios, mas a resiliência do sertanejo se sobrepõe aos desafios.

Os agricultores da comunidade do Sítio Jatobá de São Miguel, mesmo diante de um complexo de adversidades e percalços encontrados pelo caminho, não deixam de lado a prática da agricultura. Ao dialogar com os agricultores da comunidade, pode-se observar que para eles é muito recompensador quando eles conseguem produzir e colher seus próprios alimentos, além disso, para eles é necessário, pois eles dependem da agricultura para sua subsistência, seja ela de forma econômica ou pela segurança alimentar.

Figura 4: Plantação de feijão e milho na comunidade, em fase de colheita



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Um bom período chuvoso, e, conseqüentemente, uma boa safra renova as esperanças dos agricultores e agricultoras. Uma boa safra garante a segurança alimentar dos agricultores da comunidade, além disso, o excedente da produção pode ser comercializado, portanto, gerando renda para a família. Além disso, quando os agricultores conseguem praticá-la, proporciona a permanência dos mesmos no campo. A agricultura familiar é de suma importância para o semiárido, para as comunidades rurais e para todo Brasil.

A agricultura familiar de subsistência para a comunidade Jatobá e para o semiárido desempenha um papel essencial para a economia local e para a comunidade, além de garantir a segurança alimentar dos habitantes dela. O futuro da prática da agricultura familiar na comunidade está condicionado a uma combinação de adaptação constante às condições locais, necessidade de suporte por meio de políticas públicas eficazes, acesso à tecnologia e informação e reaprender a conviver com o semiárido. Por meio dessas estratégias e técnicas, é possível não apenas sobreviver e permanecer no campo, mas também prosperar diante do desafiador contexto complexo de adversidades do semiárido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é mundialmente conhecido como um gigante na produção de alimentos e de reservas naturais. Sem dúvidas, a agricultura é muito importante para o país. A agricultura familiar é uma das bases do alicerce do país. Ela é muito importante a nível nacional, ele é responsável pela segurança alimentar do país, por gerar renda e emprego, gerar ocupação, e, além disso, ela é uma forma de resistência cultural. A agricultura familiar é vital para as comunidades rurais, elas muitas vezes não podem ser desassociadas. A agricultura familiar é para a comunidade do Sítio Jatobá de São Miguel uma marca de seu povoamento, e, além disso, ela por ser tão íntima da comunidade a sua história se confunde com a da comunidade e da cultura local.

A presente pesquisa mostrou que o convívio com o semiárido não é fácil, porém, é possível e viável, desde que se aprenda a conviver com ela. A prática da agricultura é possível no semiárido nordestino, entretanto, os agricultores têm que “(re)aprender” a conviver no semiárido, buscando novas técnicas e aperfeiçoando as já conhecidas. O conhecimento científico é muito bem-vindo nessa jornada, porém, o conhecimento popular que os agricultores construíram ao longo dos tempos é tão importante quanto o científico. Ao longo dos tempos, os agricultores da comunidade estudada aprenderam a conviver com as adversidades climáticas da região, assim, possibilitando a prática da agricultura.

Outro ponto importante a ser ressaltado, são as políticas públicas voltadas para o campo e para a agricultura familiar. Elas são indispensáveis no convívio da agricultura com o semiárido. Entretanto, elas carecem de serem mais eficientes e eficazes, para isso, precisa-se que os saberes e conhecimentos locais estejam nessas políticas e/ou ações. O setor agrícola e a reforma agrária ainda têm muito para avançar, e no Nordeste essa é uma realidade ainda mais nítida. A agricultura familiar precisa ser mais valorizada, pois suas contribuições são

imensuráveis para o país. A agricultura familiar de subsistência em convívio com o semiárido carece de ser mais valorizada pelo Governo e pelos brasileiros. A agricultura praticada na comunidade pouco pode contar com o poder público, mesmo ela sendo vital para a comunidade e para o desenvolvimento local.

A pesquisa mostrou que a agricultura familiar é um traço cultural da comunidade do sítio Jatobá. Ela é uma forma de resistência cultural, tradição passada de geração em geração ao longo de décadas. Além disso, ela mostrou que é possível praticar agricultura e conviver com o semiárido, pois os agricultores da comunidade não podem contar com quase nada de tecnologias e técnicas sofisticadas, mas mesmo assim conseguem praticar a agricultura na comunidade, e, conseqüentemente garantir a segurança alimentar de sua família e da comunidade.

Essa pesquisa identificou e mostrou outro grande problema, a falta de dados relacionados à agricultura familiar no município de Aurora e na comunidade estudada. Como se desenvolvem e ou reivindicam políticas públicas quando não há dados sobre essa prática? É praticamente inviável, mas parece que isso é proposital, não notamos interesse do governo em levantar esses dados. Isso normalmente ocorre, pois a agricultura familiar vai na contramão do sistema capitalista vigente e do agronegócio. Daí surge a relevante importância de trabalhos como esse, que mostra a realidade da comunidade estudada, que é semelhante à realidade de várias outras comunidades espalhadas pelo Brasil e polo Nordeste.

Durante essa pesquisa, concluímos que é possível sim, viver e prosperar no semiárido. Aprender a conviver com o semiárido é complexo, porém é o caminho mais certo. Por fim, registra-se e apela-se aos governantes que valorizem mais a agricultura familiar, não é apenas o agronegócio capitalista que é importante para o Brasil, precisa-se ter a noção que a agricultura familiar é responsável pela segurança alimentar do Brasil, além disso, é a base da economia de centenas de pequenas cidades do país.

REFERÊNCIAS

- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. p. 1-23, 2007.
- ALVES, D. A. **As políticas públicas para a agricultura familiar brasileira em clima semiárido: do combate à convivência**. Recife, p. 865-888, 2013.
- ANDRADE, A. **A questão agrária no Nordeste**. São Paulo em perspectiva, p. 109-118, 2023.
- AQUINO, J. R. ALVES, Maria O. VIDAL, Maria, F. **Agricultura familiar no Nordeste: um breve panorama dos seus ativos produtivos e da sua importância regional**. Boletim regional, urbano e ambiental – Ipea, p. 97-110, 2020.
- BATISTA, J. S. **Movimentos sociais e formas de resistência cotidiana: o processo de construção do açude cachoeira de Aurora – Ce, 2020**. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro/article/view/248423/38346>. Acesso em: 3 mar. 2024.
- BRASIL. Constituição (1988). **Capítulo III da política agrícola e fundiária e da reforma agrária**. 1988. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=232050#:~:text=in dustrializa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Pa%C3%ADs.-,Art.,na%20forma%20prevista%20 nesta%20Lei Acesso em: 12 set. 2023.
- BRASILEIRO, R. S. Alternativas de desenvolvimento sustentável no semiárido nordestino: da degradação à conservação. **SCIENTIA PLENA**, Recife, p. 1-12, 16 mar. 2009.
- CABRAL, Alysson André Oliveira. **REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: A REFORMA (IM)POSSÍVEL**. Orientador: Prof. Dr. Ivan Targino Moreira. 2021. 205 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.
- CAMPELO, D.A; HAMASKI, C.S. **Políticas públicas e ações sustentáveis no semiárido pernambucano: fortalecimento da pequena agricultura familiar**. Revista da ciência da Administração, v. 4, p.1-34, 2011.
- CARLOS, A. A. O. **Reforma agrária no brasil: a reforma (im)possível**. João Pessoa, 2021.
- CARMO, M. S.; SALLES, J. T. A. Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado. In: **encontro da sociedade brasileira de sistemas de produção**. Florianópolis: SBS, 1998.
- CARVALHO, D. A. F. GOMES, J. M. A. Análise das políticas públicas para a agricultura familiar no semiárido nordestino brasileiro. **Revista GeSEC**, São Paulo: 2022, v. 13, p. 2271-2295, 2022.
- CASTRO, C. N. **Sobre a agricultura irrigada no semiárido: uma análise histórica e atual de diferentes opções de política**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

CRÉDITO RURAL. In: **Plano Safra disponibiliza R\$ 340,8 bilhões para o setor agropecuário.** Ministério da Agricultura e Pecuária, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias-2022/plano-safra-disponibiliza-r-340-8-bilhoes-para-o-setor-agropecuario>. Acesso em: 2 abr. 2024.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona**, p. 1-18, 2006. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm> Acesso em: 26 set. 2023.

EMBRAPA. **A AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/observatorioapl/instituicoes-de-apoio/entidades/empresa-brasileira-de-pesquisa-agropecuaria-2013-embrapa> Acesso em: 16 abr. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST E AS REFORMAS AGRÁRIAS DO BRASIL. **Boletim DATALUTA**, [S. l.], p. 1-10, 5 dez. 2008.

FRANÇA, A. R. M. OLIVEIRA, F. S. S. NUNES, E. M. LIMA, J. S. S. LIMA, F. C. R. **Estratégias de convivência com o semiárido: o fortalecimento da agricultura familiar no território Sertão do Apodi – RN.** Mossoró: EdUFERSA, p. 219-251, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; PANHO, Leila Maria. A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA: REFLEXÕES ACERCA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO NOROESTE DO PARANÁ. **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, São Luiz, p. 1-12, 14 jul. 2016. Disponível em: https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1465577937_ARQUIVO_ARTIGO_ENG_SHAIANE_LEILA.pdf. Acesso em: 8 jan. 2024.

GILBERT, Jérémie. DIREITO À TERRA COMO DIREITO HUMANO: ARGUMENTOS EM PROL DE UM DIREITO ESPECÍFICO À TERRA. **REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS**, [S. l.], p. 121-143, 2013.

GIRARDI, E. **Atlas da Questão Agrária Brasileira.** Disponível em: http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con_subcat/a-questao-agraria Acesso em: 28 set. 2023.

GIRARDI, E. **O Brasil Agrário.** Atlas, 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con_subcat/configuracao-da-questao-agraria. Acesso em: 4 set. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Estudo mostra o mapa da desigualdade da distribuição de terras no Brasil.** 2020. Disponível em: <https://www.idace.ce.gov.br/2020/05/13/estudo-mostra-o-mapa-da-desigualdade-da-distribuicao-de-terras-no-brasil/> Acesso em: 12 set. 2023.

GUITARRARA, P. **"O que é agricultura?"** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-agricultura.htm> Acesso em 12 de jun. de 2024.

HANSEN, C. **Reforma agrária e a concentração de terras no Brasil em Geografia.** Descomplica, 2024.

INCRA. **Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 set 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro: IBGE. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2023.

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 2006. p. 1, col. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm Acesso em: 25 de set. de 2023.

MAGALHÃES, A. M. NETO, R. S. DIAS, F. M. BARROS, A. R. **A experiência recente do PRONAF em Pernambuco: uma análise por meio do propensity score**. *Economia Aplicada*, v.10, n.1, p. 57-74, 2006.

MALYSZ, P. A.; CHIES, C. **A importância do PRONAF na permanência do agricultor familiar no campo**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. Anais, Uberlândia: UFU, p. 1 -12, 2012.

Município de Aurora – CE. In: **IBGE CIDADES**, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/aurora/panorama> Acesso em: 24 abr. 2024.

NETO, M. **Perspectivas da açudagem no semiárido brasileiro e suas implicações na região do Seridó Potiguar**. Uberlândia, 20 set. 2017.

NETO, R. C. SILVA, A. C. VENTURA, F. A. Participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia. In: **Participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia**. EMBRAPA, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-d-a-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia> Acesso em: 11 jun. 2023.

NEVES, D. S. **Os impactos da seca do nordeste: uma questão histórica e social na região do Sertão Paraibano e no município de Bonito de Santa Fé – PB**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018.

OLIVEIRA, A.U; **A geografia das lutas no campo**; Contexto, São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. A “REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO” DO BANCO MUNDIAL NO CEARÁ. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, p. 132-168, 20 mar. 2005.

PAIVA, B L. NOBRE, I. M. MENDES, A. C. M. As características e representações culturais do Pastoril Dona Joaquina, de São Gonçalo do Amarante (RN/Brasil). **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 13, p. 94-108, 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 30 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PINHEIRO, Luciana Belso. **Atlas escolar do Município de Aurora-CE**. Orientador: Alessandra Bezerra da Rocha. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2021.

QUEIROZ, R. **O Quinze**. 82. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

RAFAELA, I. Olhar geográfico sobre uma nova região produtiva agrícola. **Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral**, v. 13, p. 56-69, 2011. Disponível em: www.uvanet.br/rcgs
Acesso em: 29 set. 2023.

SILVA, A. F. NETO, A. R. As principais culturas anuais e bianuais na agricultura familiar. In: MELO, Roseli Freire et al. **Agricultura familiar dependente de chuva no semiárido**. Brasília: Embrapa, 2019. cap. 2, p. 45-83.

SILVA, A. F. SILVA, M.C. B. C. Agricultura no nordeste semiárido e os resíduos orgânicos aproveitáveis. **Revista Equador, Piauí**, v. 5, n. 2, p. 102-119, 2016.

SILVA, J. C. L. **História Econômica da Região Nordeste**. Brasil escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/historia-economica-regiao-nordeste.htm> Acesso em 12 de jun. de 2024.